

<p style="text-align: center;"><b>ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 26 DE SETEMBRO DE 2002</b></p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Aos vinte e seis dias do mês de Setembro, de dois mil e dois, no salão nobre dos Paços do concelho, sito no Largo da República desta cidade, reuniu a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram quatro .

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes: a Senhora Presidente, Dr.<sup>a</sup> Isabel Damasceno Campos e os Srs. Vereadores Dr. Vítor Lourenço, Eng.<sup>o</sup> Fernando Carvalho, Dr. Paulo Rabaça, Dr.<sup>a</sup> Neuza Magalhães, Dr. José Manuel Silva, Dr.<sup>a</sup> Maria Manuela Gois Graça e Dr. Helder Roque .

A sessão foi presidida pelo Sr. José António Sousa e Silva, Presidente da Assembleia Municipal, e secretariada pelos Srs. Deputados Paulo Reis e Adélio Amaro .

Havendo "quorum", foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 21.30 horas, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:**

1. RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO - Apreciação;
2. REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DO CONSELHO CONSULTIVO PARA A DEFESA E REABILITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE LEIRIA - Apreciação e votação.
3. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2001 DOS SMAS - Apreciação e votação;
4. FIXAÇÃO DA TAXA DA DERRAMA PARA O ANO DE 2003 – Apreciação discussão e votação;
5. FIXAÇÃO DA TAXA DA CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA PARA O ANO DE 2003 – Apreciação, discussão e votação;
6. ACORDO PARASSOCIAL E CONTRATO SOCIAL DA GESTINLEIRIA – Apreciação, discussão e votação;
7. INFRA-ESTRUTURAS DA 2.<sup>a</sup> FASE DO SANEAMENTO BÁSICO INTEGRADO DA BACIA DO LIS - EMISSÁRIOS DE OLHALVAS NORTE - 2ª FASE: EMISSÁRIOS 7.1, 7.1.2, 7.1.3 E 7.1.4 - DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA- Apreciação, discussão e votação;

8. ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA PRAIA DO PEDROGÃO – Apreciação, discussão e votação;
9. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA –Apreciação, discussão e votação;
10. REMODELAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE LEIRIA DR. MAGALHÃES PESSOA – AQUISIÇÃO DE TERRENOS; Apreciação, discussão e votação;



### RESUMO DA CORRESPONDÊNCIA DE 08.07 a 12.09.02

ENTIDADE	ASSUNTO	DESPACHO
JUNTA FREGUESIA DA MACEIRA	ENVIA CONVITE P/ O XI ANIVERSÁRIO DA VILA DE MACEIRA	TOMEI CONHECIMENTO
ACADEMIA CULTURAL E SOCIAL DA MACEIRA	ENVIA CONVITE P/INAUGURAÇÃO DAS NOVAS INSTALAÇÕES	TOMEI CONHECIMENTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA	ENVIA P/CONHECIMENTO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO POR TIMOR	TOMEI CONHECIMENTO
BARDEC – BARREIRA ASSOC. RECREIO DESPORTO E CULTURA	ENVIA CONVITE P/ II FESTIVAL DE FOLCLORE E ANEXA UM CD	TOMEI CONHECIMENTO
NERLEI	ENVIA CONVITE P/SEMINÁRIO “QUINZENA EMPRESARIAL – 17º ANIVERSÁRIO”	TOMEI CONHECIMENTO
DEPUTADO LUÍS B. CRESPO	ENVIA DOCUMENTOS PESSOAIS	JUNTAR AO PROCESSO
GRUPO PARLAMENTAR DO PCP	ENVIA CÓPIA DO PROJECTO/LEI N.º 56/IX QUE ENTREGOU À MESA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	TOMEI CONHECIMENTO
ATAM	ENVIA DOCUMENTOS P/O XXII COLÓQUIO DA ATAM	TOMEI CONHECIMENTO
JUNTA DE FREGUESIA DA BAJOUCA	ENVIA CONVITE P/INAUGURAÇÃO DO BRASÃO E BANDEIRA DA FREGUESIA	TOMEI CONHECIMENTO
CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA	ENVIA CONVITE P/O HASTEAR DA BANDEIRA AZULNA PRAIA DO PEDROGÃO	TOMEI CONHECIMENTO
NERLEI	ENVIA O PROGRAMA P/SEMINÁRIO “QUINZENA EMPRESARIAL”	TOMEI CONHECIMENTO
ANMP	ENVIA CORRECÇÃO AO REGIMENTO-TIPO ANTERIORMENTE ENVIADO	
CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA	CONVITE P/REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA POLIS	TOMEI CONHECIMENTO

ARICOP	INDICAÇÃO DO REPRESENTANTE NO CONSELHO CONSULTIVO P/O CENTRO HISTÓRICO	JUNTAR AO PROCESSO
PRESIDENTE DA C.M.L.	REQUER A CONVOCAÇÃO DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA	TOMEI CONHECIMENTO
ORFEÃO DE LEIRIA	INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE P/CONSELHO CONSULTIVO DO CENTRO HISTÓRICO	JUNTAR AO PROCESSO
DIOCESE DE LEIRIA/FÁTIMA	IDEM	IDEM
PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE LEIRIA	COMUNICA A SUA AUSÊNCIA À REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO P/O CENTRO HISTÓRICO	TOMEI CONHECIMENTO
DEPUTADO GÓIS MARTINS	SOLICITA RELEVAÇÃO DA FALTA À SESSÃO DE 24.07.02	RELEVADA
PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA BOAVISTA	COMUNICA A FALTA À SESSÃO DE 24/07/02 E INDICA SUBSTITUTO P/REPRESENTAÇÃO DA JUNTA	TOMEI CONHECIMENTO
SUB-REGIÃO DE SAÚDE DE LEIRIA	COMUNICAÇÃO DO NOVO COORDENADOR S/INÍCIO DE FUNÇÕES	TOMEI CONHECIMENTO
DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO	COMUNICA A SUA FALTA À SESSÃO DE 24/07/02	RELEVE-SE A FALTA
ASSO.CULT.RECREAT.DESP E COOPERATIVA DA SISMARIA	ENIVA CONVITE PARA FESTEJOS	TOMEI CONHECIMENTO
ADECORTES	CONVITE PARA CAFÉ/COLÓQUIO	TOMEI CONHECIMENTO
VEREADORA DR.ª MANUELA SANTOS	COMUNICA A FALTA À SESSÃO DE 24/07/02	TOMEI CONHECIMENTO
VEREADOR DR. JOSÉ MANUEL SILVA	IDEM	IDEM
DEPUTADO MANUEL JOSÉ CARVALHO	INDICA REPRESENTANTES P/OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE TRÂNSITO E SEGURANÇA	JUNTAR AOS PROCESSOS
DEPUTADO FRANCISCO DO ROCIO FRANCISCO	SOLICITA A RELEVAÇÃO DA FALTA À SESSÃO DE 24/07/02	RELEVADA
ANMP	SOLICITA PARECER AS REVISÃO DA LEI N.º 172/99	TOMEI CONHECIMENTO
DEPUTADO ANTÓNIO LADEIRA	SOLICITA RELEVAÇÃO DA FALTA À SESSÃO DE 24/07/02	RELEVADA
REGIÃO DE TURISMO	ENVIA CÓPIA DAS ACTAS DA	ARQUIVE-SE

LEIRIA/FÁTIMA	COMISSÃO EXECUTIVA	
FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES	ENVIA CONVITE P/O FINAL DA BIBLIOTECA DE VERÃO	TOMEI CONHECIMENTO
JOSÉ DA SILVA	ENVIA EXPOSIÇÃO P/CONHECIMENTO SOBRE O REGULAMENTO DE TÁXIS	TOMEI CONHECIMENTO
SUB REGIÃO DE SAÚDE DE LEIRIA	ENVIA FOLHETOS P/7DIVULGAÇÃO DO CAT EM POMBAL	TOMEI CONHECIMENTO
ANMP	ENVIA BOLETIM DA ANMP	ARQUIVE-SE
DEPUTADO LUÍS B. CRESPO	ENVIA PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS S/ A LERISPORT JUNTO DA CÂMARA MUNICIPAL	SOLICITAR OS ESCLARECIMENTOS À C.M.L.
REGIÃO DE TURISMO LEIRIA/FÁTIMA	INFORMAM QUE ACEITAM O CONVITE P/INTEGRAR O CONSELHO CONSULTIVO P/O CENTRO HISTÓRICO	JUNTAR AO PROCESSO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SEIA	ENVIA MOÇÃO S/REMUNERAÇÃO DOS POLÍTICOS	TOMEI CONHECIMENTO
GRUPO PARLAMENTAR DO PCP	ENVIA CÓPIA DE PROJECTO DE LEI S/ CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS REGIONAIS	IDEM
ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA ORTIGOSA	CONVITE P/PARTICIPAR EM COLÓQUIO S/ “O ASSOCIATIVISMO”	CONFIRMAR PRESENÇA
CML	ENVIA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA AOS ESCLARECIMENTOS SOLICITADOS PELO DEPUTADO LUÍS B. CRESPO	ENVIAR AO SR. DEPUTADO
COMISSÃO P/A CRIAÇÃO DA FREGUESIA “TERRAS DO LIS”	ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO PARA APRECIAÇÃO E CONHECIMENTO	TOMEI CONHECIMENTO, DAR CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO	ENVIO DE PARECER S/PAGAMENTO DE SENHAS DE PRESENÇA , SUBS. TRANSP. E AJUDAS DE CUSTO	TOMEI CONHECIMENTO, JUNTAR AO PROCESSO

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Boa noite Senhores Deputados, agradeça que tomassem os vossos lugares para darmos início à sessão!

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, queria dar-vos conta de uma carta que foi enviada à Mesa, do Sr. Deputado José Esperança Lourenço, dirigida ao Presidente da Assembleia Municipal e que tem o seguinte teor:

“ José Esperança Ferreira Lourenço, membro da Assembleia Municipal, requer a V.Ex.a que o autorize a suspender o mandato nesta Assembleia por um período de 30 dias.

Mais informo que o meu substituto legal é a Dr.<sup>a</sup> Rute Filomena de Vieira Pinho, portadora do bilhete de identidade número 9520475 emitido em 21-10-98 por Leiria.”.

Ora, antes de iniciar os trabalhos com a apreciação, discussão e votação da acta, para que a Dr.<sup>a</sup> Rute Pinho possa participar nos trabalhos, eu punha à votação este pedido de suspensão que autoriza de facto a substituição da pessoa indicada.

Alguém se quer pronunciar?

Alguém vota contra?

Sr.<sup>a</sup> Deputada Rute Pinho, pode participar nos trabalhos.

Senhores Deputados, foram distribuídas as actas , uma da sessão ordinária do dia 27 de Junho e outra da sessão extraordinária do dia 24 de Julho.

Vamos então passar à votação destas actas.

Alguém se inscreve?

Não há inscrições passávamos à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Uma abstenção do PSD.

**As actas foram aprovadas por maioria com um voto de abstenção do PSD.**

Passaríamos de seguida, à leitura resumida do expediente, que também vos foi distribuído, a única carta que não consta do resumo de expediente foi aquela que acabei de ler, do Deputado José Lourenço. No entanto de todo o expediente que recebi, eu queria dar conta de um em particular, e que tem a ver com um processo que recebi no dia 12 de Setembro, subscrito pelos vários elementos que compõem a Comissão para a Criação da Nova Freguesia “Terras do Lis”.

Eu, em relação a este assunto, entendo que é um assunto que não pode passar despercebido e fiz questão de vos dar conhecimento da existência deste documento. Este assunto não foi agendado, como podem verificar pela ordem de trabalhos, a Mesa da Assembleia vai enviar cópia deste documento à Câmara Municipal de Leiria, que, querendo, pronunciar-se-á sobre ele e depois numa futura Assembleia nós agendaremos este assunto para ser aqui discutido.

Alguém se quer pronunciar sobre este documento? Não.

Passaríamos ao ponto seguinte, que é solicitar esclarecimentos mediante perguntas orais à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara.

Alguém se inscreve?

Sr. Deputado Luís Pinto, faça favor.

***DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)***

Luís Pinto, Partido Socialista.

Boa noite a todos.

Queria saber em relação ao IC 36 se temos novidades, nomeadamente se estão previstas ou não verbas para o efeito, e se há já alguma previsão de datas de conclusão ou de início, nomeadamente com a preocupação do EURO 2004, se temos o IC36 pronto ou não.

Queria também que a Sr.<sup>a</sup> Presidente me esclarecesse acerca do financiamento da percentagem do Estado em relação às obras para o EURO 2004. Por várias vezes nesta Assembleia a Sr.<sup>a</sup> Presidente mostrou a sua preocupação, que não era justo o montante que o Estado estava a disponibilizar e mostrou-se disponível para encetar até uma luta, com ou sem as outras autarquias também abrangidas pela mesma situação, no sentido de se repor uma justiça que o contrato não continha. Na altura, numa dessas Assembleias e depois dos esclarecimentos, o PS disponibilizou-se ainda no anterior Governo, no sentido de conjuntamente com a Câmara reivindicarmos essa situação. Entretanto há algumas semanas atrás, fui surpreendido por algumas declarações (que não sei se correspondem à verdade) nos órgão de comunicação social, que a Sr.<sup>a</sup> Presidente liderava um movimento no sentido contrário, no sentido de dispensar o Governo dessa necessidade de reforçar o seu apoio.

No fundo, é esse o esclarecimento que necessito. Em que ficamos? Que tipo de movimento é que pensa liderar? Como sempre, o Partido Socialista quer em relação ao IC36 quer em relação às obras do 2004, estará disponível para estar ao lado da autarquia no sentido de reivindicar aquilo que todos aqui consideramos que era justo. Obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Mais inscrições?

Sr. Deputado Domingos Neves, faça favor!

***DEPUTADO DOMINGOS NEVES (JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CATARINA DA SERRA)***

Boa noite a todos.

Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra, pelo PSD.

Eu venho aqui dizer o seguinte: Eu não sou nada contra os artistas plásticos, rigorosamente nada. Mas o que é verdade, é que ali na estátua do nosso D. Afonso III, a

quem a cidade de Leiria tanto deve, pôr-lhe aquela "carapaça" penso que está mal. Peço à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara para mandar retirar aquilo, se assim o entender, porque não dignifica nada a nossa cidade nem o nosso homem D. Afonso III. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Mais inscrições?

Não havendo mais inscrições a Sr.<sup>a</sup> Presidente, querendo, pode responder a estas questões.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.<sup>a</sup> ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Então muito boa noite a todos, Sr. Presidente da Mesa e restantes elementos da Assembleia Municipal.

Em relação ao IC36 como sabem, as propostas foram abertas em Setembro de 2001 e até haver mudança de Governo não tinha havido nenhuma decisão em termos de adjudicação, estamos a falar entre Setembro de 2001 e Abril mais ou menos de 2002 .

Já com o anterior Governo, andámos persistentemente a insistir para que fizessem a adjudicação definitiva, porque relembro aqui, que este concurso contemplava um pacote do IC36 e o alargamento do IC2 e quando o novo Governo entrou em funções ,já fomos duas vezes ao Secretário do Estado, e a constatação a que se está a chegar do ponto de vista real é que até 2004, está muito complicado ter a realização do IC36 em termos físicos. Sem pôr de lado naturalmente a realização do IC36, o Governo, porque acha que é fundamental pelo menos que o alargamento do IC2 seja feito, pensa o Governo e pensamos nós, achamos que deviam ser as duas coisas se efectivamente a adjudicação tivesse sido feita imediatamente a seguir à abertura de propostas, com dois meses de análise. Mas demorou muito tempo, e neste momento há um compromisso do Governo, através do Secretário do Estado das Obras Públicas, que irá haver uma separação do ponto de vista de empreitada e numa primeira fase, irão fazer o alargamento do IC2 que é o único que eles imaginam e que do ponto de vista realístico é possível de concretizar a tempo do 2004, e farão de seguida o IC36. Foi a última conversa que tive com o Secretário do Estado, havendo o compromisso de que o alargamento do IC2 estará pronto até 2004.

Porque efectivamente, do ponto de vista temporal, tendo em conta a complexidade do IC36 em si, evidentemente que deveria ter sido adjudicada até ao final do ano passado, que era o prazo limite e crítico. A partir daí, é absolutamente impossível que se faça uma obra daquelas que tem alguma complexidade do ponto de vista de engenharia e sobretudo em termos de obras de arte de alguns viadutos.

Relativamente ao apoio, este Governo mantém exactamente a mesma conversa que manteve o Governo anterior. Ou seja, 25% sobre o valor estimado inicialmente. O valor estimado inicialmente conforme é conhecido eram os 3,9 milhões de contos e é isto que está contratualizado, muito embora, conforme já disse aqui, no contrato programa feito com o Governo, há uma alínea que diz que pode vir a ser revisto tendo em conta o valor real da obra. Nós manifestámos isto várias vezes ao anterior Governo, voltamos a manifestar a este Governo e portanto a minha liderança será sempre quanto mais o Governo der melhor e mais justo é. Porque efectivamente conforme eu disse, a estimativa feita dos 3,9 milhões de contos no caso de Leiria mas de uma maneira geral em todo o País, foi uma estimativa deficitária com base em dados pouco concretos e pouco realistas, e que deu efectivamente estas concessões pouco significativas e que não é justo.

Portanto, a mim ver-me-ão sempre a liderar e a acompanhar quem quiser para que isto seja revisto, porque é de facto injusto, o EURO 2002 é um projecto nacional e acho que o Governo deveria compartilhar. Já achei isso no Governo anterior, continuo a achar neste Governo e deveriam perceber que isto é um projecto nacional e que o Governo deveria compartilhar com mais verba.

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Obrigado Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Vamos entrar no Período de "Antes da Ordem do Dia", destinado a intervenções e apreciação de assuntos de interesse para o concelho.

Estão abertas as inscrições!

Deputado José Miguel Martins, Ilídio Fernandes, Luís Pinto, Manuel Carvalho, Susana Silva, Manuel José, José Manuel Verdasca e Branquinho Crespo.

***DEPUTADO JOSÉ MIGUEL MARTINS (PPD/PSD)***

Boa noite, José Miguel Martins, PPD/PSD.

Antes de abordar o assunto que me traz aqui, aproveitava para fazer uma pequena alusão a um facto que constatei este Verão na Praia do Pedrógão.

Lamentavelmente, na semana que antecedeu o feriado, com um grupo de amigo que regularmente me reuno, no "Corre Água", ao chegar lá encontrámos aquilo num estado imundo. Sem limpeza, sem nada e mais grave ainda, muito perto do forno e das principais mesas, estava um monte de sacos de lixo, de comida abandonada, restos de fruta, etc., que dava bem e friso uma camioneta de três mil e quinhentos quilos de caixa aberta. A quantidade de mosquitos era tal que inclusivamente tivemos que tapar a fruta com jornais.

Penso que seria melhor limpar. E lembro aqui, que por uma situação idêntica, o Ministério do Ambiente, temporariamente, retirou da Praia Verde a Bandeira Azul, porque havia lixo nas dunas e não só.

Portanto, eu acho que as pessoas deviam estar mais atentas, sensibilizar também as pessoas para não fazerem aquilo, amontoar indiscriminadamente todo o lixo junto do forno, que esteve lá vários dias sem ser retirado. Deu um aspecto muito mau daquilo que se pretende e eu posso frisar que estive lá com pessoas de várias cidades do País, que levaram uma péssima imagem do "Corre Água". Eu queria deixar aqui este alerta para quem de direito.

Voltando então ao motivo que aqui me trouxe, eu passo a ler uma pequena intervenção: "Desejo apenas fazer uma pequena referência relativa à correspondência enviada ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, pela Comissão para a Criação da Freguesia "Terras do Lis".

Com esta intervenção apenas pretendemos deixar um alerta aos senhores Deputados para uma análise cuidada do nosso processo e documentos inerentes.

Sempre pautámos o nosso comportamento com recurso ao diálogo positivo e apelando ao bom senso das partes envolvidas no processo, o que nem sempre foi conseguido.

Desejamos manter uma atitude rectilínea e respeitando os órgãos e pessoas democraticamente eleitos, bem como a legislação em vigor.

Nunca nos poderão acusar de qualquer actuação menos clara, no entanto seremos firmes na defesa dos nossos direitos, que a Constituição nos consagra e desejamos conduzir este processo com elevação.

A nossa pretensão é uma evolução lógica do crescimento da zona onde nos situamos, e se tal não fosse entendido dessa forma, ainda hoje teríamos grandes centros urbanos como por exemplo Amadora e Odivelas, sendo simples freguesias dos então concelhos de Oeiras e Loures.

Este é o nosso anseio e sequência lógica dos factos, pelo que apelamos ao bom senso de todos. "

Aproveitava também Sr. Presidente, se nos permitisse e dado que o Sr. Presidente tem um mini dossier com documentos inerentes ao processo, entregaríamos a todos os presentes um exemplar igual ao que lhe foi enviado. Obrigado e boa noite.

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Sr. Deputado Ilídio Fernandes, faça favor!

**DEPUTADO ÍLIDIO FERNANDES (CDS/PP)**

Boa noite a todos.

Depois dos muitos alertas dos estudiosos e técnicos entendidos em poluição do ambiente, chamando a atenção para a qualidade da água, e que vêm sendo feitos há mais de uma década, de nada valeu a pena. O veredicto cumpriu-se, e pelas 10 horas de terça-feira, dia 17 do mês em curso e até sábado seguinte, a água foi cortada à cidade de Leiria, a grande parte da Freguesia dos Marrazes, dos Pousos e ao lugar do Telheiro. Os valores de contaminação estavam quatro vezes superiores ao máximo admissível. Foram afectadas mais de vinte mil pessoas, entre moradores, lares de terceira idade, cafés e restaurantes, comércio e serviços. As escolas fecharam! Foram cinco dias de humilhação, frustração e vergonha! – cada um que escolha o que quiser. Não havia água nem para lavar os pés.

Iniciou-se uma romaria, não de cântaros de barro para ir à fonte, lembrando tempos idos, mas uma correria às torneiras dos auto-tanques, espalhados pela cidade, onde corporações de bombeiros tentavam minimizar o problema. Inicialmente, ninguém sabia até quando iria durar a situação.

Entretanto, a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara disse à Imprensa que enquanto as águas do rio estiverem nas mãos dos poluidores, o rio será uma caixa de surpresas.

Mas, não é apenas este rio Lis e suas águas, que estão nas mãos dos poluidores. Grande parte dos rios, ribeiros e linhas de água, estão nas suas mãos. Afinal, também nós, directa ou indirectamente, estamos nas mãos dos poluidores, que tudo e todos detêm, há vinte e cinco ou trinta anos – por usucapião, certamente!!

Anos, atrás, quando a fiscalização era feita por dois GNR(s) – guardas nacionais republicanos- que a pé percorriam os caminhos e as poucas estradas existentes na época, com a “canhota às costas”, e o “guarda-rios” sem arma nenhuma, percorria as margens dos rios e ribeiros, estas misérias não aconteciam. Hoje, com Câmaras Municipais, Serviços regionais do Ministério do Ambiente, GNR- Hoje, de automóvel, e com tantos outros serviços e delegações, está tudo como se vê!!...

É certo, que hoje, temos algumas coisas bem melhores do que tínhamos há trinta ou quarenta anos. Mas, tal não pode ser conseguido destruindo bens absolutamente essenciais à vida humana, como a água.

Os nossos antepassados tiveram rixas e houve até casos de mortes, porque a água não chegava para regar todas as cearas. Hoje, com todos os erros que estamos a verificar e a permitir, oxalá, que em gerações futuras não venham a acontecer rixas e até mortes, mas, por não haver água própria para beber.

Recentemente, soubemos através da imprensa, que finalmente, foi mandada encerrar uma indústria, na área da Batalha, que ao longo dos últimos vinte e cinco anos vinha

poluindo sistematicamente o rio Lena – afluente do Lis. Houve queixas, abaixo-assinados, visitas de muitas entidades. Fechou agora. Por esta ordem de ideias, se para resolver a conspurcação das águas do Lis, forem necessários tantos anos, temos ainda muito que esperar e vamos ficar sem água muitas mais vezes. Mas, como povo de brandos costumes que somos, depressa nos esquecemos e quase tudo perdoamos. Agora, que a água já corre nas torneiras, se calhar, alguns já nem se lembram que durante quase uma semana, a Lei Seca vigorou em Leiria.

Se esta calamidade acontecesse por altura do EURO 2004, imaginem o retrato que os atletas e visitantes levariam para as suas terras e países, desta Leiria, sede de concelho e capital de distrito, mas por vezes com serviços de terceiro mundo.

Restam poucas dúvidas, embora não se possa concretamente afirmar, pelo menos por agora que a poluição das grutas e algares das Serras de Aire e Candeeiros e da zona da nascente do Lis, tem de estar directamente ligada à origem desta desgraça. Por outro lado, a estação de S.Romão, é para tratamento de águas e não de esgotos.

Diz-se agora que, elementos da Direcção Regional do Ambiente e de outras entidades, andam por aquelas serras, à procura de focos poluidores que possam estar na origem desta tragédia. Mas então, quem procurou as causas de anteriores desastres ambientais, embora de menores dimensões e, quem vai procurar as causas de outras vergonhas que possam surgir?!-

Que responda quem quiser ou souber. Por mim, de tão céptico que estou não acredito que encontrem nem culpado nem culpa. É claro, a culpa ninguém assume, nem quer. Poderá morrer de muito velha, mas morrerá solteira!

Afinal não tivemos um dia sem carros, mas sim uma semana sem água!!

A Câmara Municipal e os Serviços Municipalizados, devm obviamente , um pedido de desculpas a toda a população afectada.

Pessoalmente, apresento a minha solidariedade, a todos aqueles que passaram por esta desgraça.

Manifesto ainda o meu reconhecimento a todas as corporações de bombeiros, deste e de outros concelhos, que com o seu trabalho e dedicação, ajudaram a minimizar o problema.

Disse!

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Obrigado Sr. Deputado.

Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Luís Pinto, queria informar a Assembleia que, por lapso, não dei conhecimento que o Sr. Presidente da Junta da Boavista, se faz representar neste órgão pelo secretário da Junta de Freguesia, senhor José Augusto Pinto Guedes.

Devia ter dado esta informação antes de iniciar os trabalhos mas por lapso não o fiz, peço portanto desculpa por isso ao senhor secretário da Junta de Freguesia.

Faça favor Sr. Deputado Luís Pinto.

***DEPUTADO LUÍS PINTO(PS)***

Luís Pinto, Partido Socialista.

Antes de fazer a minha intervenção, há pouco não utilizei o período de perguntas à Presidente, também não seria o mais indicado. Depois, se o Sr. Presidente da Assembleia pudesse( têm-nos estado a ser distribuídos os cheques) relatar no fundo, depois da informação que nos deu na última Assembleia, se foi tudo ultrapassado, inclusivamente em relação à questão que levantou em relação a anteriores mandatos ,o que é que está considerado, o que é que vai acontecer, se nos puder dar algumas informações sobre a matéria, agradecia.

A interrupção do fornecimento de água ao domicílio durante cinco dias, a toda a população servida a partir da captação superficial do Rio Lis, lesou gravemente a vida quotidiana de milhares de cidadãos. Impediu o funcionamento de escolas e prejudicou actividades produtivas. Para além de ter evidenciado a fragilidade do sistema actualmente existente e de ter afectado a imagem da cidade, da Câmara e dos Serviços Municipalizados.

Podíamos estar aqui hoje a pedir a demissão da senhora Presidente, a adjectivar o “steed” vergonha, miserável, terceiro mundista, humilhação, mas sabemos que isso nada produziria e servia apenas para lançar uma cortina de fumo sem consequências e desviar as atenções do mais importante , e para nós, o mais importante é agir e chegar a conclusões.

Ultrapassada a crise, que não o problema de fundo, importa apurar responsabilidades. Se é verdade que a situação grave que se viveu teve como causa próxima o aumento do grau de poluição das águas do rio na sequência de fortes chuvadas, o que tornou impossível o seu tratamento para fins de consumo humano, não é menos verdade, que as consequências podiam ter sido evitadas se tivessem em tempo encontrado uma alternativa.

A poluição é uma variável importante para a análise do ocorrido, mas em termos de responsabilização, o que importa salientar, é a incapacidade de quem tem tido maioria na Câmara ao longo de muitos anos, para encontrar em tempo oportuno, uma alternativa que pudesse assegurar o abastecimento em caso de falha previsível, da captação do rio. Tanto mais que, se sabia há muito tempo que o abastecimento podia ser interrompido pelo facto de o caudal na estação quente, poder não ser suficiente para as necessidades de consumo.

A responsabilidade política pelo que ocorreu, há que afirmá-lo com toda a clareza, tem que ser atribuída em primeira linha, ao Partido Social Democrata, que governa a Câmara

Municipal de Leiria há mais de uma década e à actual maioria com especial relevo para a Presidente de Câmara, a quem compete a sua coordenação.

Infelizmente no quadro das prioridades definidas pela sua maioria, não se inscrevia esta preocupação. Como ainda recentemente ficou demonstrado, quando os Vereadores do Partido Socialista, a propósito da derrama, propuseram que todo o montante arrecadado fosse investido nos SMAS, para fazer face à renovação da rede de abastecimento de água e à aceleração da rede de saneamento, a maioria recusou dar acolhimento à proposta.

Infelizmente, a crise que viveu durante estes dias, demonstrou o acerto da prioridade que o PS definiu para o concelho, ao apostar no saneamento e na requalificação da rede de águas. Estas sim, medidas estruturais do desenvolvimento do concelho e bem mais importantes para as populações do que as obras majestáticas, tão do agrado da maioria. No âmbito da participação no Conselho de Administração dos SMAS, o representante do PS, sempre tem pugnado para que seja aumentado o esforço de investimento em obras de abastecimento de água e de saneamento. A preocupação com a possibilidade de rupturas no abastecimento, também motivou a apresentação pelo PS, de uma proposta de campanha de sensibilização, que denominou "Água, minha Vida meu Futuro", a ser realizada pelos serviços de educação da Câmara, em conjunto com os SMAS e as escolas do concelho, que infelizmente ainda não teve qualquer desenvolvimento.

O problema estava identificado, os riscos eram conhecidos, apenas faltou vontade política e a necessária mobilização de meios financeiros, para evitar o que era, desde há muitos anos, uma probabilidade muita séria. Veja-se, que a conduta provisória, agora realizada em quarenta e oito horas, podia ter sido construída há mais tempo. O que não se fez a tempo e horas, fez-se agora sob pressão, para em grande medida, ser deitado para o lixo quando se fizer a conduta definitiva.

O que ressalta de tudo isto, é que, a maioria, se empenha na construção de um estádio que vai custar milhões de euros, quer construir um túnel no centro da cidade que ninguém sabe quantos milhões custaria, mas foi incapaz de antecipar uma solução e mobilizar os meios financeiros necessários para pôr em prática, de forma a impedir que Leiria se transformasse por alguns dias numa cidade do terceiro mundo, com prejuízos e inconvenientes de toda a espécie, para municípios, instituições e empresas.

Quanto à poluição que transformou o rio, mais uma vez no esgoto, veio demonstrar como em Portugal continuamos a brincar com a natureza e como o crime poluidor continua a compensar. Esta situação, resulta de um conjunto de cumplicidades e de atitudes lascistas, misturada com incultura cívica que persiste em importantes franjas da população.

Na verdade, muitas fontes poluidoras estão identificadas. Noutros serviços que deviam actuar, fecham os olhos e muitos de nós continuam a ter uma atitude demasiado

complacente para com os prevaricadores. O financiamento das acções de despoluição também é insuficiente.

O que aconteceu, é o reflexo de atitudes verdadeiramente criminosas com as quais se não pode pactuar. Não acreditamos na tão publicitada qualidade da água de Leiria, pela simples observação do líquido que corre nas nossas torneiras, pelo que, apresentamos um requerimento nesta sessão, para que nos sejam facultadas as análises dos últimos doze meses, feitas a toda a água distribuída.

Os municípios de Leiria, Porto Mós e Batalha, devem conjugar esforços com os serviços do ambiente, de modo a garantir a punição dos poluidores. É perigoso o discurso da Sr.<sup>a</sup> Presidente, que vem insistindo junto dos órgãos de comunicação social, dizendo que muito dificilmente, se encontrarão os criminosos poluidores.

É necessário credibilizar as instituições e agir, os poluidores vão ser encontrados e castigados exemplarmente. Os eleitos do Partido Socialista, apesar da minoria no concelho de Leiria, conscientes de terem sobre a questão do abastecimento de água e do saneamento dado mostras da sua preocupação, feito propostas no sentido de acelerar a requalificação da rede de água e fazer avançar rapidamente o saneamento em todo o concelho, assumem as responsabilidades que lhes cabem. Lamentam profundamente o que ocorreu, expressam a sua solidariedade a todos quantos ficaram privados do abastecimento de água e reiteram a sua determinação em continuar a pugnar na Assembleia, na Câmara e nos SMAS, pelo reforço do financiamento que permita evitar situações idênticas, e concluir a rede de saneamento até ao final do presente mandato.

Reconhecer o trabalho desenvolvido pelos bombeiros de diferentes localidades, que muito contribuíram para diminuir as dificuldades dos leirienses, o nosso muito obrigado.

A proposta que apresentamos, nesta Assembleia Sr. Presidente, é a seguinte:

“ A Assembleia Municipal de Leiria, reunida no dia vinte e seis de Setembro de dois mil e dois, tendo em conta os problemas graves verificados com o abastecimento de água ao concelho de Leiria e o muito que falta fazer para que o saneamento básico chegue a todo o concelho decide:

1. Solicitar que a Câmara determine a realização de uma auditoria no prazo máximo de um mês, pelos serviços financeiros da Câmara e dos SMAS visando determinar o montante dos prejuízos ocasionados com a interrupção do fornecimento, nomeadamente em receitas não arrecadadas, em despesas extra realizadas para minorar e encontrar alternativas provisórias e em indemnizações eventualmente solicitadas.
2. Que a Câmara solicite aos SMAS a elaboração com carácter de urgência de um relatório que permita identificar as principais debilidades da rede concelhia, contenha propostas para interligar os vários subsistemas por forma que possam ser geridos de forma mais integrada evitando que uma parte do concelho possa

ficar completamente privada de abastecimento como agora aconteceu, propostas de ligação a redes de concelhos vizinhos que possam ser accionadas em situação de emergência enquanto o abastecimento a partir do Mondego não fique operacional e respectivas estimativas de custo.

3. Realização de uma auditoria ambiental a realizar sob a coordenação dos serviços de ambiente da Câmara que, num prazo máximo de três meses, identifique as fontes poluidoras da bacia do Rio Lis e elabore um relatório para ser divulgado publicamente e cujas conclusões sejam transmitidas pela CML ao Ministério do Ambiente e à Procuradoria Geral da República para elaboração de processos cíveis e criminais contra os prevaricadores.
4. Criar uma Comissão da Assembleia Municipal, com representação de todos os Grupos Políticos da Assembleia, com os seguintes objectivos:
  - a) Acompanhar o levantamento das principais debilidades da rede de abastecimento de água ao concelho e a criação de alternativas provisórias;
  - b) Acompanhar o estudo das soluções definitivas e seu financiamento;
  - c) Promover condições para uma maior e mais eficaz vigilância dos cursos de água, garantindo a punição de todos os poluidores.
  - d) Este grupo fica incumbido de preparar uma Assembleia Municipal extraordinária, exclusivamente dedicada ao abastecimento de água e saneamento, com convidados especialistas na matéria que nos ajudem a aprofundar os conhecimentos e permitam o encontrar das melhores soluções.

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Sr. Deputado Manuel Carvalho, faça favor!

***DEPUTADO MANUEL CARVALHO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA AZOIA)***

Boa noite. Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Azoia.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, colegas, senhores da comunicação social, meus senhores e minhas senhoras.

Conforme acordado no dia vinte e sete de Junho do corrente ano, aqui nesta sala pela maioria dos Presidentes de Junta presentes e relativo aos encontros de Juntas de Freguesia, foi pela colega Presidente de Junta de Leiria, Laura Esperança, elaborado o regulamento destes encontros e enviados a todos os destinatários.

Possuo alguns documentos que posso distribuir, se eventualmente alguém não os recebeu, foram dados cinco dias para apresentarem reclamações ou alguma rectificação. Como essas rectificações ou reclamações não foram apresentadas, elaborou-se e enviou-se o documento definitivo. Deste modo, foi agendada para o próximo dia seis de Outubro, o primeiro encontro de Presidentes de Juntas de Freguesia, na freguesia de Azoia. Espero que compareçam. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Sr.<sup>a</sup> Deputada Susana Silva.

Lembrava à Sr.<sup>a</sup> Deputada, que tem meio minuto para intervir, mas vou-lhe dar mais um minuto.

***DEPUTADA SUSANA SILVA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO DA CARPALHOSA)***

Obrigada Sr. Presidente.

Boa noite.

Susana Silva, Presidente da Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa.

Eu não venho falar de água, venho falar de fogo.

Em relação ao incêndio que houve na minha freguesia, não teve felizmente prejuízos pessoais, mas por pouco não aconteceram, eu julgo que nós, autarcas, quer as Juntas de Freguesia quer as Câmaras Municipais, temos bastantes responsabilidades. E neste caso, também compete às Câmaras Municipais, permitir e desenvolver projectos de abertura de caminhos florestais. Desde o meu início de mandato, que eu alertei a Câmara Municipal para essa necessidade. Foram várias as solicitações que nós fizemos à Câmara Municipal, no qual me foi indicado para contactar os serviços, neste caso o Comandante dos Bombeiros Municipais .

Além disso, sempre tive pedidos insistentes da população para a abertura desses aceires só que infelizmente eu não tenho meios para os fazer.

Agora é o seguinte: o fogo aconteceu de facto, eu tive casas e pessoas que tiveram os seus bens em perigo, e uma coisa é ser mato a arder e outra coisa é nós termos o fogo à soleira da porta como aconteceu no Souto da Carpalhosa, em que as pessoas viram de facto, que só não arderam graças ao trabalho e ao empenho dos bombeiros que se dignaram a prestar o máximo de apoio possível.

Foi-me dito em tempos, que para a realização dos caminhos florestais na Freguesia do Souto da Carpalhosa, a vez havia de chegar, infelizmente, o fogo chegou primeiro.

Só queria lembrar aqui e decerto que outras freguesias estão nas mesmas circunstâncias que eu, que têm as populações dentro de zonas florestais e que de facto precisam que efectivamente esses caminhos florestais sejam abertos. Obrigada.

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Obrigado Sr. Deputada.

Sr. Deputado Verdasca faça favor!

***DEPUTADO JOSÉ MANUEL VERDASCA (PPD/PSD)***

Boa noite a todos.

José Manuel Verdasca, PSD.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, tem a ver com um assunto relacionado com o nó rodoviário da IC2, Almuinha Grande/ ligação a Figueira da Foz.

Como penso que haverá alteração desse nó nos tempos mais próximos, e pelo facto de haver vários pedidos de habitantes daquela região, nomeadamente do bairro das Almuinhas e Sesmarias, era para dizer que de facto, não há nenhum acesso pedonal e qual é a possibilidade de ser contemplado em toda essa área, ou seja, os habitantes das Almuinhas e da Sesmaria não podem passar para a Nova Leiria, não podem passar para Leiria, porque não têm nenhuma ligação pedonal. Este é um aspecto.

Outra questão, talvez por se dever às minhas recentes idas ali ao Centro Hospitalar, verifiquei o seguinte: penso que a rua se chama Rua D. Bárbara Vaz Preto, que liga ao Centro Hospitalar S. Francisco, é preciso ser-se treinado em rally ou coisa do género, porque não é possível ir com pressa ao Centro Hospitalar S. Francisco. Porquê? Porque de facto ali são carros por todo o lado, há demasiados carros para que qualquer ambulância ou qualquer carro possa passar e às vezes até pessoas. Obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Obrigado Sr. Deputado.

Faça favor Sr. Deputado Manuel José Carvalho!

***DEPUTADO MANUEL JOSÉ CARVALHO (CIDADÃOS INDEPENDENTES)***

Boa noite.

Manuel José Carvalho, Grupo de Cidadãos Independentes.

Água, três reflexões sobre a água.

Uma primeira : Acessibilidades a Leiria IC2/IC36!

Como sabemos o trânsito no IC2, do Alto do Vieiro à Cova das Faias, é às horas de ponta, caótico! Com a abertura da A8 e a saída em cima do Continente, as coisas agravaram.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente em Janeiro deste ano, exigia ao então Governo, as explicações sobre os atrasos do IC36. Os concursos estavam atrasados, o EURO 2004 estava à porta, a obra era urgente.

Em Julho, já com o novo Governo e em visita com o Sr. Governador Civil, a prioridade era agora o IC2; em Agosto, o Sr. Ministro das Obras Públicas, Valente de Oliveira, afirmou que a IC36 não era obra prioritária.

Sabemos que as empresas a concurso apresentaram propostas de dezoito a trinta e cinco milhões de contos para sete quilómetros de auto-estrada.

Em que ficamos? As prioridades variam em tão curto espaço de tempo?

Segunda reflexão: Leirisport !

A Câmara Municipal de Leiria tem em curso um programa para a terceira idade "Viver Activo", que merece da nossa parte todo o apoio. Mas não há bela sem senão!

Em Agosto deste ano, a Leirisport fez sair um documento, para os frequentadores deste programa, que inclui a natação nas piscinas municipais, em que a dada altura, são exigidos exames complementares aos doentes, que do ponto de vista técnico e ético, são no mínimo descabidos, violando até o sigilo médico. Claro está que, aquele documento não estava assinado por nenhum médico mas sim por um burocrata. Tão mal é descabido o documento, que originou da parte da Sub-região de Saúde de Leiria, organismo máximo da Saúde no distrito, a saída de uma circular normativa para todos os médicos, a contrariar tal procedimento.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, nós sabemos que a Leirisport dá muitas dores de cabeça, mas neste caso, as pessoas à frente deste organismo devem ser responsabilizadas e alertadas para os excessos. Até porque a ser cumprida tão despropositada norma, o País sairia prejudicado em vários milhares de euros.

Todos nós sabemos que a época é de rigor e de contenção de verbas.

Terceira reflexão: A água!

Leiria viveu a semana passada um dos seus piores momentos da sua história oficial. Como leiriense, nascido e criado, sofri como a Sr.<sup>a</sup> Presidente as agruras da falta de água. Não queremos aqui, o nosso grupo, fazer aproveitamento de uma situação de crise. Pelo contrário, queremos sim equacionar o problema, contribuir para o seu não esquecimento e inventariar as situações que correram menos bem. E mais importante ainda, evitar de todo situações futuras.

Todos nós sentimos na pele a falta do precioso líquido. Mas não menos desprezível, foi a imagem que a nossa cidade deu ao País e como reagiu a uma adversidade. Como leiriense, sentimos o nosso orgulho ferido, habituados que estamos a divulgar a nossa cidade e região como das mais prósperas e branques do País, com um nível de vida

acima da média nacional, ao ver os sucessivos noticiários e comunidade em geral, a tratar a nossa cidade como matéria de chacota.

Como dizia atrás, mais importante que a desvalorização inicial do problema, a insuficiência dos meios utilizados ou a demora na resolução através de uma situação de recurso, é o garantir às populações a confiança na água que bebem e a sucção definitiva do problema, num horizonte temporal aceitável.

Até porque, pelo modo tolerante e cívico como a resposta da população foi dada à crise, bem merece todo o nosso empenhamento. Ficaria bem as desculpas públicas pelo sucedido e as eventuais compensações aos comerciantes industriais, bem como, a

completa informação à população pelo sucedido, e como disse atrás, a informação sobre as perspectivas futuras.

Em que situação está a despoluição da bacia hidrográfica do Lis e Lena? Que alternativas à captação de água há em superfície no rio Lis? Há anos que ouvimos falar na barragem de Castelo de Bode, na barragem do Cabril e ultimamente no Mondego, em 2006 ao que parece!.

Neste particular, o Governo tem uma palavra a dizer. Não é só o Sr. Ministro vir à televisão dizer que a água vai voltar às torneiras no quinto dia, é sim dizer, que esta situação do abastecimento é prioritário e urgente, e por isso garantir as verbas necessárias que ultrapassam como sabemos, o nosso Município.

Pode contar connosco nessa luta Sr.<sup>a</sup> Presidente! Parece pois um paradoxo, nas três reflexões referidas e apesar da falta de água em Leiria, meteu-se água, muita água. Obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Sr. Deputado Branquinho Crespo!

***DEPUTADO BRANQUINHO CRESPO (PPD/PSD)***

Branquinho Crespo, do PSD.

Eu não trago discurso feito, mas venho aqui dar uma resposta, sobretudo ao Deputado Luís Pinto do PS. Já calculava que vinha por aí.

A sensação que eu tenho depois de ouvir os discursos, foi que se pediu muito pouco à Câmara, para inventariar todo o trabalho que tem feito até hoje. E por isso, quem vem falar aqui em culpa que morreu velha e solteira, não tem razão. Não pediu o que devia ter pedido, assim nós ficaremos sem saber se a Câmara tem mais ou menos culpa.

Depois por outro lado, é necessário dizer, que quando chove, nenhum de nós tem a decisão sobre a meteorologia, não é um acto de terceiros sequer, é de alguém que a gente não comanda, o tempo. O tempo não vem nem para os bonitos nem para os feios,

vem para todos, portanto a Câmara não tem a culpa de ter chovido muito. Que fique claro quanto a isto!

Agora, dir-se-á "mas trazia poluição!". É verdade, mas essa matéria cai em primeiro lugar, precisamente na área do Ministério do Ambiente. Não estou a dizer que a Câmara não tem de fazer análises à água, não estou a dizer que a Câmara não tem responsabilidade no saneamento, mas é preciso saber isso, esse facto.

Por outro lado, vem-se aqui relacionar e dizer que o EURO 2004 "...se viesse aí e fosse no dia do EURO 2004, que vergonha...". Realmente seria uma vergonha, é inegável. Mas eu, que me considero e que estou no grupo daqueles que nunca me perdi pelo EURO 2004, vi todas as forças políticas, de entre os quais muitos membros do PS, a apoiarem o EURO 2004, a empurrarem a Câmara para essa situação.

São hoje muitos e em todos os partidos, que dizem que o EURO não se deve realizar; ou seja, empurrámos a Câmara para uma situação e agora que as coisas estão difíceis em virtude da situação económica, dizemos que está mal e que a Câmara deve sair.

Isto vem tudo relacionado com o problema da água é certo, mas eu quero dizer que, este problema da água é um problema grave e gostaria que a Câmara desse aqui uma explicação de tudo o que foi feito, do que pensa fazer e que medidas vai tomar para que no futuro isto não aconteça.

E quanto à solidariedade eu também estou com todos, porque também fui daqueles que sofri e também apreciei neste caso (tenho de o dizer) a rapidez com que a Câmara resolveu o assunto. Se tem culpa ou não, não sei! Quero primeiro ouvir, coisa que ainda não tive tempo. Nada mais.

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Muito obrigado Sr. Deputado.

Faça favor Sr. Deputado Paulo Pedro.

***DEPUTADO PAULO PEDRO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DO COIMBRÃO)***

Paulo Pedro, Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, Partido Socialista.

Efectivamente não era para falar hoje aqui e muito menos relativamente à questão da limpeza do "Corre Água", mas também, e porque está dependente dela, a limpeza da própria Praia do Pedrógão e dos espaços adjacentes.

De facto, é verdade que o "Corre Água" passou uns dias com uma grande montanha de lixo no seu interior. Também é verdade que pedimos socorro à Câmara Municipal de Leiria mas infelizmente, porque estamos muito longe, esse socorro não nos foi dado. Tivemos que ser nós, Junta de Freguesia, a conseguir limpar dois grandes atrelados de lixo que estavam no interior do "Corre Água".

Também é verdade, embora não tenha aqui sido referido, que existem várias placas colocadas no interior e no exterior do “Corre Água” e até pelas matas que circundam o Pedrógão, a pedir às pessoas que não deixem lixo nas matas, ainda por cima, porque os contentores que existem na zona da estrada, não estavam cheios nessa altura. Portanto não se compreende a razão pela qual as pessoas deixam o lixo no seu interior.

Se é lógico que algumas culpas temos que atribuir aos utentes que frequentam aquele espaço, algumas culpas também temos que atribuir aos serviços, que este ano não limpam aquilo que habitualmente limpavam. É preciso que se diga, que muitas das críticas que eu recebi relativamente à limpeza da Praia do Pedrógão e das matas adjacentes, têm razão de ser.

Até ao ano passado, era habitual os serviços que fizessem a limpeza da praia do Pedrógão fazerem também a limpeza do Parque de Merendas do “Corre Água” e da Lagoa da Ervedeira, bem como, das estradas adjacentes à Praia do Pedrógão.

Este ano isso não pôde ser feito, porque o pessoal existente era insuficiente para fazer essa limpeza, isto foi o que me foi dito pelas pessoas responsáveis pela limpeza na Praia do Pedrógão, teve que ser a Junta de Freguesia, com dificuldade de meios como é compreensível, a fazer essa limpeza.

Já que este assunto foi aqui abordado, e eu repito, não tinha intenção de o abordar hoje, eu quero dizer que as queixas que foram feitas relativamente à limpeza da Praia do Pedrógão, a maior parte delas tinham razão de ser. Tivemos uma limpeza mais deficiente este ano, provavelmente pelo menor número de trabalhadores existentes a fazer esse serviço, e eu estou à vontade para o dizer porque mesmo instigado pelos jornais, nunca gostei que este assunto viesse para a praça pública, de um modo crítico em relação a um assunto, do qual eu sou nitidamente crítico. Eu não concordei com a criação da Leirisport, não concordei que fosse a Leirisport a ficar com esta incumbência da limpeza da Praia do Pedrógão e por isso mesmo, poderia estar a aproveitar-me de um assunto para fazer política. Não o fiz!

Mas hoje, já que o assunto foi trazido a esta Assembleia, eu quero dizer que muitas das queixas que me foram feitas e posso-vos garantir que foram insistentemente, a Sr.<sup>a</sup> Presidente e outros membros da Câmara sabem isso perfeitamente, provavelmente tiveram as mesmas queixas que eu tive, tinham razão de ser. Quase na totalidade das queixas eu fui confirmar e na realidade existiam muitas razões relativamente à limpeza da Praia do Pedrógão.

Este ano neste processo, ficou por limpar ou pelo menos por limpar da mesma maneira que era limpo nos outros anos: o “Corre Água”, a Lagoa da Ervedeira que a Junta de

Freguesia assegurou desde o início e, as estradas adjacentes à Praia do Pedrógão, que até há muito pouco tempo estavam muito sujas. Era só. Obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Segue-se a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Gonçalves, que tem meio minuto de intervenção porque tenho outro Deputado do Partido Socialista inscrito. No entanto a Mesa dá três minutos aos dois.

***DEPUTADA ISABEL GONÇALVES (PS)***

Boa noite a todos.

Isabel Gonçalves, do Partido Socialista.

Sr. Deputado Branquinho, quero-lhe dizer, a título de pegar na sua intervenção, realmente e mesmo sem perguntar à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, acho que se ela mandasse na chuva não deixava que chovesse e principalmente que causasse os problemas que causou à cidade.

Também não nos podemos esquecer, que desde o 25 de Abril, já lá vão muitos anos, esta cidade é governada por este partido e que portanto, nada foi feito para acautelar situações destas e não estou a responsabilizar esta actual presidência de Câmara.

Meus senhores, vive-se actualmente um ambiente de depressão não só financeira mas, e para mal dos portugueses, acentuadamente económica. Vive-se num contexto de receio em relação ao futuro, as famílias estão preocupadas, o desemprego aumenta, o custo de vida aumenta, a indústria da construção e outras estão em crise profunda, e o desânimo e a tristeza instalaram-se no quotidiano das pessoas.

Para mal de todos nós, até ao momento não se vislumbram resultados nas receitas públicas, capazes de alterarem esta situação. Todos sabemos que a solução não passa apenas pela contenção das despesas, mas por outros mecanismos que, ou não estão a ser aplicados convenientemente ou não estão a dar os frutos esperados.

Que tem esta introdução a ver com a nossa cidade e principalmente com a nossa Câmara?

É sabido que é intenção do Governo, transferir algumas responsabilidades, isto no princípio de descentralizar e aproximar o poder de resolução dos problemas para os locais onde eles existem. Em princípio, esta transferência de poder cívico, abrangerá áreas importantes como construção de escolas e outros equipamentos, e que convenhamos, poderão ser e vir a melhorar, se tratadas desta forma por quem conhece a realidade do seu concelho, do que por quem está num gabinete no Terreiro do Paço.

Só que, atinge-me alguma preocupação. Pois não é linear, que as transferências das verbas para as autarquias, venham a ser feitas em tempo oportuno à concretização dessas novas competências.

Dáí, considerar que é impensável que haja transparência desta autarquia na denúncia de eventuais faltas de transferências de verbas, para se evitar que venha a acontecer que estas transferências de responsabilidades, não passem de um mecanismo para aligeirar as responsabilidades do Governo, deste ou de outro qualquer que de futuro venha a exercer neste País.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, todos sabemos que as autarquias estão com problemas orçamentais e também é sabido, que em períodos de recessão há sempre a tentação de se passarem mais licenças de urbanização e construção, no pressuposto de que é uma via para entrada de receitas de vulto.

Por isso tudo e porque é necessário e urgente pensar nas pessoas, deixo aqui um alerta! Sr.<sup>a</sup> Presidente, pense nas pessoas de Leiria! Leiria precisa a par do programa Lis, da criação de espaços verdes, de jardins com parques infantis, de zonas pedonais e arborizadas, equipadas com mobiliário que possibilite o repouso, o passeio e o convívio; enfim, que permita que as famílias de Leiria tenham espaços públicos com qualidade e beleza, e não me refiro apenas a espaços públicos verdes, mas também aos largos, às praças, aos miradouros, à zona ribeirinha e outros, que melhor alterem e passem a marcar o verdadeiro carácter desta cidade tão de cimento erguida.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, quero dizer-lhe, que não tenho nada contra as esculturas se é que assim se pode chamar, feitas de reciclados. Mas, é meu entender que, na moderação estará a virtude, e que também a esse nível, é tempo de mudar para conjugar e melhorar. Muito obrigada.

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Sr. Deputado Jorge Vieira, faça favor!

***DEPUTADO JORGE VIEIRA (PPD/PSD)***

Jorge Vieira, PSD.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, já foi trazido aqui esse assunto, eu queria só dar uma nota muito rápida, sobre o assunto da Leirisport, das análises pedidas e dos exames pedidos aos utentes.

A maneira como foi feito, merece a minha reprovação. Ser entregue uma carta aos utentes a dizerem que não será aceite a sua inscrição, se não levarem aquilo tudo, no mínimo é indecoroso.

Primeiro, porque eles dependem do médico que o vai passar e o médico logo ao primeiro pedido recusou-se a passar. Alguns utentes com medo, foram fazer análises a pagar do bolso deles e isto não deve ser assim, porque, se há algum mérito e teve muito, o programa do "Viver Activo", em que os velhos sobretudo, e eu falo pela freguesia da Maceira onde estou inserido, temem por perder, um bem que adquiriram o ano passado, sentiram-se muitíssimo bem. Era uma luta minha de há muitos anos para a Maceira e algumas freguesias já têm, quem não tem eu aconselho que venha a ter, porque, em termos da qualidade de vida das populações mais idosas é fabuloso.

Mas esse medo, fez com que muitos deles pagassem essas análises. Pior ainda, alguns utentes foram para se inscrever com o papel atestado em como não tinham problemas para fazer isso, e por análises feitas em Janeiro/Fevereiro na rotina normal, foram recusados porque não tinham análises recentes.

Não reconheço, e os médicos com quem já falei e o serviço da Sub-região de Saúde de Leiria não reconhecem autoridade de qualquer espécie a essa funcionária, para recusar e dizer que o médico fez mal. Não reconheço esse direito!

Além disso, começou bem o programa, começou com um protocolo com a Sub-região de Saúde de Leiria, onde tudo isso foi acordado, mas não sei porque é que este ano passou para a responsabilidade da Leirisport; eventualmente o ano passado já terá passado alguma coisa mas este ano, que foi mais a Leirisport a fazer isto, começaram a surgir estes problemas. Esse protocolo não foi revisto, tudo isto não foi revisto, se tivesse sido feito com antecedência, se calhar tudo isto se evitava.

Há parte disto, e já falou aqui o Presidente da Junta de Pedrógão, pedia encarecidamente para o ano e se isso for possível, que quando houver animação na Praia do Pedrógão, se pensem nas outras festas (às vezes para granjear fundos) porque realmente destruíram-nos a nossa festa. Pensávamos adquirir dinheiro para os Bombeiros da Maceira e a Sara O'Connor, de graça na Praia do Pedrógão, matou-nos as receitas.

Esse é um lamento. Ninguém tem que adivinhar o que é que nós temos, havia a nossa publicitação, mas se houver possibilidade nos próximos anos de ver quais são as colectividades que têm essas festas, um pouco mais atrevidas para granjear dinheiro, e se se puder evitar esse conflitos de interesses, agradecia. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Sr. Deputado Rui Caseiro, dou-lhe a palavra, tem dois minutos!

***DEPUTADO RUI CASEIRO (PS)***

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Membros desta Assembleia, estimado público!

Dir-se-ia um dia e eu direi agora que, um dia chegou a esta Assembleia um colega meu, que nos traçou uma visão idílica da cidade de Leiria. Eu venho infelizmente nos últimos dias a verificar que, à cidade idílica que ele pretendia, não chegámos. E ao contrário, ficámos a níveis de terceiro mundo.

Eu fui testemunha, nestas férias que acabaram, durante os festejos populares no dia 15 de Agosto, numa freguesia que é a freguesia mais ao norte do concelho de Cabeceiras de Basto, na província de Trás-os-Montes. Durante esses festejos, deu-me a sede, e por curiosidade, perguntei se podia beber água do fontanário que corria na encosta do monte. Foi-me garantido que podia beber água. Eu estranhei! Como é que era possível que ali pudesse beber água, se as pessoas criam gado, se enfim, as pessoas têm casas e têm naturalmente o saneamento para a fossa, como é que era possível? E disseram-me: “Nós aqui temos saneamento básico!”.

Meus senhores, isto passou-se na freguesia mais ao norte (que é Salto) de Cabeceiras de Basto, distrito de Vila Real. Nós aqui, capital de distrito, sede do distrito, capital do concelho, temos o problema que temos.

A minha intervenção, é só para chamar à responsabilidade os senhores como Deputados e os senhores como membros da Câmara, que todos temos que dar fim a isto.

Apelo para que o caso que aqui trouxe, vos sirva de exemplo. Obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Srs. Deputados, o período de intervenção que se segue, do 2º Secretário, não justifica a necessidade de o substituir. Faça favor Sr. Deputado Adélio!

***DEPUTADO ADÉLIO AMARO (2º SECRETÁRIO)***

Boa noite, Adélio Amaro, 2º Secretário.

Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssima Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimos Srs. Vereadores, Excelentíssimos Colegas Deputados e Presidentes de Junta, Excelentíssimos representantes da Imprensa.

Falar, escrever ou mesmo sussurrar sobre assuntos relacionados com os hábitos adquiridos pela população ao longo dos tempos, nem sempre é fácil.

Não é fácil porque existem sempre opiniões que divergem. Opiniões concordantes, opiniões discordantes e opiniões que aniquilam qualquer tipo de questão que seja relevante. São estas últimas as mais traiçoeiras.

Todavia, o tema que hoje apresento nesta Digníssima Assembleia tem duas hipóteses de opinião, na minha óptica – ou se concorda ou se confunde tudo.

A 27 de Fevereiro de 1936, a Câmara Municipal de Leiria, presidida pelo Coronel João Teles de Sampaio Rio, deliberou nomear uma Comissão composta pelo vice-presidente,

Augusto Jorge Marçal e os Vogais Francisco Marcelino Marques e Duarte Gorjão Henriques, com a finalidade de estudar as vantagens da alteração do Feriado Municipal de Leiria, que até ali, mesmo sem ser celebrado, estava datado a 1 de Maio.

Um ano depois, mais rigorosamente a 11 de Fevereiro de 1937, a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Leiria deliberou transferir para 15 de Agosto o Feriado do Concelho Leiriense, tendo levado este pedido junto do Governo. Este último decretou a favor.

Na reunião ordinária da Câmara Municipal de Leiria a 4 de Abril de 1958, o então Presidente, Olympio Duarte Alves, apresentou uma proposta para que fosse alterado, novamente, a data do Feriado Municipal de Leiria, tendo em conta que o Governo, através do Decreto 38.596 de 4 de Janeiro de 1952, tinha declarado que o dia 15 de Agosto passaria a ser Feriado Nacional, anulando, desta forma, o feriado do Concelho de Leiria.

Olympio Duarte Alves, propôs o dia 22 de Maio, para a nova data, justificando a sua escolha da seguinte forma : passo a citar:

“ Considerando que o dia 22 de Maio é um dia solene para Leiria, pois comemora a data da sua elevação a cidade : foi em 22 de Maio de 1545 que D. João III elevou Leiria de Vila a Cidade” – fim de citação.

Tendo em conta o facto apresentado, o Corpo Administrativo da Câmara Municipal de Leiria deliberou por unanimidade solicitar ao Ministro do Interior autorização para que o dia 22 de Maio fosse considerado Feriado no Concelho de Leiria.

Entretanto, os anos foram passando e a 29 de Maio de 1964, seis anos mais tarde, a Câmara, agora presidida por Bernardo de Jesus das Neves Pimenta, deliberou solicitar, uma vez mais, ao Ministro do Interior, que fosse decretado Feriado Municipal de Leiria a 22 de Maio, justificando tal missiva com os mesmos argumentos de Olympio Duarte Alves.

A 17 de Maio de 1968, a Autarquia leiriense, ainda presidida por Bernardo Pimenta, enviou um telegrama ao Ministro do Interior, solicitando a consagração do dia 22 de Maio para Feriado Municipal.

No entanto, a 18 de Julho de 1969, sem chegar qualquer resposta do Ministro do Interior, Bernardo Pimenta propõe, em reunião de Câmara, que o feriado Municipal de Leiria passasse a ser a 13 de Junho, alegando um novo documento que tinha sido encontrado na Torre do Tombo, em Lisboa.

Desta forma, este presidente reconsiderou a sua anterior posição e defendeu publicamente a nova data.

Após a sua apresentação, perante os elementos da Câmara, todos concordaram e solicitaram ao Ministro do Interior, António Manuel Gonçalves Rapazote, que o feriado Municipal de Leiria fosse a 13 de Junho.

Na carta enviada ao Ministro, Bernardo Pimenta, no primeiro parágrafo explica a razão pela qual havia sido escolhido, numa primeira fase, o dia 22 de Maio para ser Feriado Municipal. Facto que até ali nunca havia sido decretado.

No segundo e restantes parágrafos, o Presidente da Câmara explica as razões que levou aquele Corpo Administrativo a mudar de opinião.

A 29 de Outubro de 1969, no Diário do Governo, é publicado o Decreto 49.333 que anuncia o dia 22 de Maio como Feriado Municipal de Leiria, para surpresa de muitos. Desde então, até aos nossos dias, tem sido essa a data celebrada e anunciada como a correcta da elevação de Leiria a cidade.

Esta confusão, melhor dizendo, procura pelo dia correcto em que Leiria deixou de ser Vila, faz-me lembra uma quadra de Niceia:

É na ânsia da procura  
Dum bem que se sonhou,  
Que muitas vezes se perde  
Um bem que por nós passou.

Mas, é aqui, perante esta situação, que hoje vos quero transmitir uma proposta de alteração ao Dia em que se comemora o Feriado Municipal de Leiria.

Poderia apresentar um apontamento que realizei, com cerca de duzentas páginas, contendo textos, documentos e artigos de imprensa.

Contudo, tentei reunir, através do meu fraco poder de síntese, os factos mais importantes em redor deste assunto tão delicado, mas tão importante para a verdade e correcção histórica do nosso Concelho.

Acontece, que em 1969 foi dada a conhecer, publicamente, a Carta Régia de D. João III, elevando Leiria à categoria de cidade.

Até ao referido ano, todos pensavam que a elevação de Leiria à categoria de Cidade tinha acontecido a 22 de Maio.

Esta última data foi sim a da criação da Diocese de Leiria, tornando-se esta independente de Coimbra, através de autorização concedida pelo Papa Paulo III após solicitação do Rei D. João III.

Este Rei, poucos dias depois, em Évora, elaborou a Carta Régia que elevou Leiria à categoria de Cidade, no dia 13 de Junho de 1545.

Contudo, Hoje celebramos o nosso Feriado Municipal porque o Ministro do Interior, António Rapazote, apenas deve ter lido o primeiro parágrafo da carta de Bernardo Pimenta, onde se falava na data de 22 de Maio, ignorando os restantes parágrafos onde a Autarquia Leiriense solicitava o dia 13 de Junho para Feriado Municipal.

Com a possível falta de atenção do Ministro, creio eu, Leiria passou a ter o seu Feriado no dia errado.

Leiria está a comemorar o seu Feriado no dia em que foi criada a Diocese de Leiria, agora chamada Leiria-Fátima, e não no dia em que foi elevada à categoria de Cidade.

A Carta Régia de D. João III é muito clara, é possível ler de forma bem explícita a data de elevação de Leiria a Cidade – 13 de Junho de 1545.

Poderia, como já referi, apresentar perante vós, um conjunto de informação detalhada com mais de duas centenas de páginas, contudo, venho por este meio apresentar uma proposta à Assembleia Municipal e uma sugestão ao executivo camarário, se me é permitido?

Começando pela última, gostava de sugerir à Câmara Municipal de Leiria – aproveitando os 500 anos do nascimento do Rei D. João III, 6 de Junho de 1502- que finalmente fosse elevada uma estátua em honra daquele monarca que muito fez por Leiria e por Portugal. Sobre a alteração do Dia da Cidade, gostava que o executivo levasse este tema a reunião de Câmara, no sentido do mesmo se pronunciar sobre a proposta que aqui apresento, concebendo, o executivo, um parecer que deverá ser entregue a esta Assembleia, através da pessoa do seu Presidente.

Gostava que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Leiria consentisse que esta minha intervenção fosse considerada como proposta, no sentido de se alterar o dia do feriado da Cidade de Leiria, 22 de Maio, para 13 de Junho, a apresentar numa próxima reunião ordinária, como ponto de trabalho inserido na Ordem do Dia, para discussão e votação, tendo como base o artigo 25, ponto 2, alínea r, do Regimento desta digníssima Assembleia Municipal de Leiria, que diz o seguinte:

“Compete à Assembleia Municipal fixar o feriado anual do Município”.

Perante a Carta do Rei D. João III, que eleva à categoria de Cidade a 13 de Junho de 1545, acho imperioso que o Feriado Municipal seja alterado em nome da correcção histórica, que nos últimos anos tem atraído os menos informados e abafado a verdade dos factos.

Não resisto em referir as palavras do professor Almeida e Costa, Ministro da Justiça em 1970, que nesta mesma sala, mais concretamente no lugar onde V.Ex.<sup>a</sup> Senhor Presidente da Assembleia está sentado,, no dia 22 de Maio daquele ano, sublinhou:

“Não basta os factos, interessa também a sua compreensão. Importa sobretudo que a realidade vivida, que é a história, não se mostre atraída pelo relato da historiografia. O passado não morre, o presente e o futuro seremos nós que o escrevemos”. Fim de citação.

E, sublinhando o provérbio popular – contra factos não existem argumentos – resta-me acrescentar, perante vós, representantes do nosso digno e honrado concelho, que devemos trabalhar no sentido de que a verdade histórica seja reposta.

O povo de Leiria, que ao longo de séculos, lutou e trabalhou para o desenvolvimento deste Concelho, merece ter o seu verdadeiro feriado, como homenagem a todo o seu esforço prestado em nome da sua Terra.

É que, mais importante que alterar a data do Feriado Municipal, é fundamental relevar os factos da nossa história, nem que para isso tenham de ser feitas correcções no sentido de obstruir a informação incorrecta que tem sido transmitida.

Com o desenvolvimento comercial e de valores numa sociedade de consumo, por vezes, é esquecida a razão pela qual hoje somos como somos e vivemos como vivemos.

Nas últimas três décadas a data de 13 de Junho foi completamente esquecida, talvez, por interesses que não vale a pena, agora e aqui, referir.

Nesse sentido, é crucial defender os nossos valores históricos.

A história não pertence ao passado. Hoje somos fruto daquilo que se fez, e somos semente daquilo que se fará. Temos que acreditar naquilo que fomos, promovendo hoje aquilo que no futuro queremos ser.

Obrigado pela Vossa atenção.

### ***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Obrigado Sr. Deputado.

Antes de dar a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente para responder às questões colocadas, eu queria responder à pergunta que foi formulada pelo Sr. Deputado Luís Pinto e que tem a ver com o pagamento das senhas de presença.

Efectivamente o pagamento está a ser realizado, penso que os Srs. Deputados recebem tudo aquilo a que têm direito, excepto a sessão de hoje que não está incluída neste pagamento.

Quanto ao outro ponto referente às Assembleias do mandato anterior, quero informar os Srs. Deputados que continuam nesta Assembleia e que fizeram parte do mandato anterior que, o ano de 1998 já prescreveu. Portanto vão receber três anos : os anos de 1999, 2000 e 2001.

Já falei com o Sr. Director do Departamento de Administração Geral, que inicialmente tinha dito que seria preciso uma autorização do Presidente da Assembleia Municipal cessante, para que se efectuasse esse pagamento. Posteriormente a uma reunião com ele, fiz um requerimento que representa todos os Deputados que tinham assento na Assembleia do anterior mandato .

Vai ser feito um levantamento das presenças de todos e depois serão processados esses valores, ainda durante este ano, para que não prescreva mais um ano.

Diga Sr. Deputado!

Quer defender a honra? Que figura é que invoca para defesa da honra?

Como Presidente da Mesa, não vi aqui nada que tivesse posto em causa a sua honra!

Pronto! Então se foi citado, tem um minuto para defender a honra e depois a pessoa que o citou, querendo, tem também um minuto para explicar

***DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)***

Luís Pinto, Partido Socialista.

É só para dizer ao Deputado Branquinho, que evocou o meu nome, mas depois, acabou por fazer um conjunto de considerações que eu não produzi mas que devo-lhe dizer que subscrevo totalmente. Estaria eu à espera de uma das duas coisas: ou de um silêncio da sua bancada, ou então de um pedido de desculpas à população e de um reconhecimento pela situação que se passou ao longo de mais de vinte anos de mandato do seu partido, porque um concelho que fica à disposição como muito bem disse, das intempéries e de mais chuvas menos chuvas para não ter água durante quatro dias, não é concerteza um concelho desenvolvido. Não é concerteza um concelho onde nós queiramos viver. Obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Sr. Deputado Branquinho Crespo, querendo, pode responder!

Entretanto, dava a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente para responder aos pedidos de esclarecimento colocados e no final falava sobre esta proposta.

***DR.<sup>a</sup> ISABEL DAMASCENO CAMPOS (PRESIDENTE DA CÂMARA)***

Sim senhor!

Então, antes de dar as explicações solicitadas, queria só fazer aqui uma correcção histórica.

Realmente esta Câmara desde o 25 de Abril, não foi sempre presidida pelo PSD e é importante que a história seja reposta, também foi presidida pelo, na altura, CDS.

E uma outra informação histórica, é que o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, têm uma gestão autónoma. Teve sempre elementos de outros partidos políticos. Durante um prazo bastante significativo, foi presidida por um elemento do Partido Socialista. É apenas história para reflexão.

Relativamente aos factos, utilizaria aqui uma metodologia, que um Vereador da nossa Câmara utilizou e muito bem, falar do antes, do durante e do depois.

Relativamente ao antes, devo dizer-vos que quando cheguei à Câmara e conseqüentemente e ao Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, nas primeiras reuniões que houveram, em que estava presente um elemento do Partido Socialista, fomos alertados para o grande problema, que era a captação superficial da água do Rio Lis, que representa ainda actualmente cerca de 40% da captação do consumo global de água do concelho e, enfim, todas sensibilidades e susceptibilidades a que se corriam ao longo do tempo. Em primeiro lugar pela sua quantidade e em segundo lugar pela sua qualidade. Pelo facto de ser sempre uma captação superficial, está sujeita a este tipo de atentados poluidores.

Isto foi-nos explicado pela técnica, Directora dos Serviços Municipalizados, que demonstrou esta preocupação. Evidentemente que a nossa pergunta é, quais são as soluções possíveis? Não havendo alternativas, tendo o rio esta sensibilidade natural, quais são as alternativas possíveis para resolver o problema.

Sempre nos foi dito que, as alternativas dentro do concelho não existiam. Efectivamente há uma saturação do ponto de vista da água no próprio concelho e ter-se-ia que encontrar uma solução externa, foi sempre a informação que tivemos.

Solução essa que, poderia passar por duas hipóteses – ou água do Castelo de Bode ou então a alternativa Mondego – estamos portanto situados em 1998.

A água de Castelo de Bode já chegava então ao concelho de Leiria. Fornecia água à freguesia de Santa Catarina da Serra e penso que a Chaínça, por uma conduta que do

ponto de vista de dimensão é extremamente deficitária, está esgotada na sua plenitude desde essa altura, e, só tem água para essas duas freguesias.

Isto foi um acordo feito então com a EPAL e penso que nessa altura também alguma oportunidade perdida porque, poderia ter sido pensada uma conduta de maior dimensão, que poderia ter resolvido parte do consumo daquela zona do concelho, que ficaria coberta e portanto, libertaria mais água para a própria cidade.

Assim não foi portanto, era aquela conduta que existia e é essa conduta que existe ainda hoje em termos de fornecimento de água.

Então a alternativa era EPAL/Castelo de Bode ou Mondego. Todos os estudos feitos internamente e também pelo próprio Ministério do Ambiente, a quem cabe a responsabilidade de oferecer água de qualidade na origem, as Câmaras e os Serviços ou empresas concessionárias têm a responsabilidade da exploração, entenderam que efectivamente a melhor solução seria, a água do Mondego para Leiria por duas razões: a primeira delas e se calhar a mais evidente, porque os investimentos para trazer a água até Leiria seriam economicamente mais vantajosos, do que vir de Castelo de Bode e pelo

tipo de terreno em causa por um lado, porque de Coimbra viria de forma gravítica e portanto menos investimento em termos de infra-estrutura natural para trazer a água.

Em segundo lugar, porque a própria qualidade da água estaria mais assegurada através do Mondego, na medida em que a captação seria feita nos aluviões do Mondego, que é onde é extraída a água para fornecimento ao concelho de Coimbra, que tem uma água de boa qualidade porque a sua filtragem é natural, é mesmo nos próprios aluviões e basta saber que em Coimbra os aditivos introduzidos na água para consumo, são os obrigatórios apenas por lei, não precisa de tratamento, é uma água de óptima qualidade. E então, a opção foi efectivamente Castelo de Bode. Não é tão bom, então, vamos avançar para o sistema multimunicipal do Mondego.

Já nessa altura, estavam a surgir os sistemas multimunicipais numa óptica de que, não deve ser gerida a água nas fronteiras do seu próprio concelho mas deve ser sempre vista numa óptica mais alargada e mais global porque, ninguém é dono da água que tem.

Estávamos em 1998. De imediato, por iniciativa nossa, encetámos conversações com a Câmara de Coimbra, uma vez que a captação se situa no concelho de Coimbra, bem como, com o Ministério do Ambiente e seguidamente fizeram-se variadíssimas reuniões para a constituição do sistema multimunicipal.

Como o sistema multimunicipal que estava previsto, tinha à partida uma série de municípios interessados, tornou-se um processo lento do ponto de vista da decisão de adesão dos próprios municípios. E, como devem estar lembrados, a adesão à solução Mondego, foi aprovada em Câmara e aprovada nesta Assembleia Municipal em 1999, a adesão de princípio, que foi aprovada por unanimidade. Embora, não tenha sido aprovada a decisão de aderir ao sistema do ponto de vista empresarial porque não havia

ainda o estudo económico que dissesse a que é que aquilo correspondia, do ponto de vista financeiro para o Município.

Nós, com a essa força da adesão da anuência da própria Assembleia Municipal, partimos com mais força para a iniciativa de organizar o sistema. Tive desde sempre (e tenho que o dizer) o apoio incondicional de pelo menos (que eu me lembre ) dois Ministros do anterior Governo; nomeadamente o Ministro José Sócrates, que era um grande defensor dos sistemas multimunicipais e que criou por todo o País variadíssimos sistemas, incluindo o sistema do saneamento de Leiria, a SIMLIS, e portanto, avançou-se com várias conversações.

Houve uma última reunião no final do ano passado(Setembro/Outubro), tendo ficado assente que iríamos aderir efectivamente ao sistema. Havia uma adesão já assente e com a anuência na altura de vinte e duas Câmaras, e, quando foi para preparar a entrada formal no sistema, algumas Câmaras tiveram receio, porque ia haver eleições

autárquicas e isto era uma coisa de grande responsabilidade. Novo adiamento da criação do sistema.

Entretanto há eleições autárquicas, há mudança imprevista de Governo e naturalmente, teve de se reiniciar novamente o processo. Tivermos que de voltar a levantar todas as questões ao novo Ministro, e neste momento temos a informação de que, o actual Ministro, concorda em absoluto com a criação dos sistemas multimunicipais. E portanto, prevê-se a muito curto prazo, a adesão a um sistema que pode ser um sistema global desta dimensão, ou dentro do sistema global, a criação de um sub-sistema mais pequeno, que pode englobar as Câmaras mais perto.

Ou seja! Dividir o sistema Mondego, que é um sistema com vinte e três Câmaras em dois sub-sistemas, um mais na zona de Coimbra e outro mais na zona próxima de Leiria.

Tendo presente no entanto, que a captação será no Mondego e complementarmente, é uma hipótese que está a ser acabada de estudar, através da Mata do Urso que tem também alguma qualidade e quantidade de água. Não é no entanto uma solução de futuro.

Segundo os estudos técnicos, a longo prazo, na medida em que o Mondego tem outra garantia sobretudo de quantidade e qualidade, tanto mais que, na Mata do Urso, temos dois consumidores significativos. Para terem a ideia da água que existe, um deles é uma das indústrias de papel, a outra é as próprias minas de gás- a criação das cavernas para o gás- são altamente consumidoras de água, porque as cavernas são feitas precisamente através da introdução de água e a água é retirada dali e depois expulsa para o mar. Portanto, tendo em consideração estas duas componentes, há no entanto a possibilidade de adicionar ao sistema do Mondego um "by-pass" digamos, para irmos ali, e é nossa ideia que pode ser uma solução mais rápida para Leiria, na medida em que, não há

solução interna no concelho (nem sequer à volta) para existir água de qualidade e em quantidade.

E portanto, isto só para fazer um pouco de história do que é que se passou.

Foi uma preocupação, devo lembrar, que não houve oportunidade nenhuma em que eu não tivesse dito que efectivamente é o grande problema de Leiria, do ponto de vista de infra-estruturas, tanto mais que, em termos de saneamento básico, tínhamos o processo a andar, e respondendo já um pouco a alguém que me colocou a questão sobre isso, com a criação da SIMLIS, que tem a responsabilidade dos emissários e das estações de tratamento e com a complementaridade das Câmaras, estamos a avançar do ponto de vista de saneamento, a passos mais largos do que efectivamente seria possível se não se tivesse constituído o sistema multimunicipal. Daí, o grande apoio à existência dos sistemas multimunicipais.

Relativamente à questão do problema poluidor das fontes poluidoras.

Devo esclarecer o seguinte : do ponto de vista da responsabilidade, cabe ao Ministério do Ambiente fazer a fiscalização das fontes poluidoras, levantar autos, enfim, multar, etc. Isto não significa que, nós não tenhamos complementarmente que os ajudar a dar informações, só que, não temos autoridade legal para poder exercer a fiscalização através de multas.

E devo também dizer, porque acho que é importante que as pessoas percebam, que as leis deste País, só beneficiam o prevaricador. De uma maneira geral, temos brandas leis para hábitos que não são, hoje em dia, de países considerados civilizados.

Queria também acrescentar que, para reforçar esta preocupação dos serviços prestados pelos Serviços Municipalizados, foi notório no anterior mandato e continua a ser, que as transferências sem empréstimos em fundos comunitários, da Câmara para os Serviços Municipalizados, de 97 para 2001 aumentaram 439%! Isto é bem significativo da preocupação que existiu na Câmara anterior e que vai continuar a existir nesta. Efectivamente, os Serviços Municipalizados por terem a responsabilidade destes dois tipos de serviços fundamentais do ponto de vista da população, teria que haver uma prioridade de transferência de verbas, e aumentaram de 97 para 2001 este valor. Estou a referir-me a preços constantes, com actualizações de inflações.

Relativamente ao foi dito aqui, que houve uma demora na adopção de medidas alternativas, queria acrescentar o seguinte: Diz-nos a história do rio, que os mínimos sinais de poluição detectada, no máximo demoraram um dia a passar, e não estou a dizer um dia de vinte e quatro horas, foi um dia de doze horas. E portanto, a perspectiva inicial quando se detectou o problema, e devo dizer porque é importante que as pessoas saibam, não correu nem uma gota de água com qualquer problema de poluição para os consumidores. Quando se detectou o mínimo de sinal de problema, cortou-se de imediato, inclusivamente esvaziaram-se depósitos. E podem continuar a ter a certeza

Absoluta, que há uma garantia total no fornecimento de água de qualidade. Continuam a ser feitas análises permanentemente, os serviços técnicos sobretudo laboratoriais dos Serviços Municipalizados têm elevada competência, há portanto uma garantia absoluta da água ser fornecida em qualidade. Aliás, quando se percebeu que não tinha, cortou-se, com todas estas implicações que já sabemos.

Mas portanto, a percepção era de que, como era história e só tinha havido um caso uma vez, que ao fim do dia de oito horas ou doze horas, passaria. Efectivamente, o rio esteve na nascente a surgir com graus de poluição completamente anormais, durante três dias. E quando eu digo completamente anormais, os valores atingidos ultrapassam largamente o que alguém falou aí(que eram treze vezes mais), é muito mais do que isso. São valores perfeitamente incalculáveis, que demonstram que efectivamente o que terá acontecido.

Na minha opinião, apesar de todas as buscas e pesquisas, e da acção concertada entre o Ministério do Ambiente e a GNR, que continua no terreno a tentar encontrar uma justificação para o caso, a quantidade foi de tal maneira significativa que efectivamente leva a crer que houve aqui um processo de lavagem da própria serra. É comum, ao longo dos anos e são muitos os anos, fazerem-se depósitos nos algares da serra, os habitantes e as pessoas idosas que vão amanhando por ali as suas terras, dizem que é comum virem camionetas de todos os lados, fazer ali depósitos.

Portanto, as dimensões dos algares são significativas e com a chuvada que foi efectivamente intensa e que foi a primeira com aquela intensidade, depois de um Verão e de um Inverno secos, deve ter desencadeado um processo de lavagem. E é esta a teoria, de certa maneira pensada pelos próprios responsáveis do Ministério e da Direcção Regional do Ambiente, pese embora, todas as pesquisas que estão a ser feitas na região de influência da bacia do rio Lis. É provável que se encontrem algumas situações anormais, naturalmente, mas dificilmente apenas se encontrará um poluidor, porque um poluidor sozinho, por si só, não conseguia estar a alimentar uma nascente do rio com graus de poluição daquele nível, durante três dias.

É evidente que , fazendo reflexão sobre isso, a ideia de que passaria em poucas horas não se concretizou, e tendo nós em execução uma hipótese, que não era hipótese alternativa para estes casos, mas apenas uma hipótese de reforço de abastecimento de água à cidade, durante o Verão nas alturas em que o rio tem efectivamente alguma deficiência, tinha sido depois de várias prospecções, encontrada uma solução de furos na Barosa. Depois de também se ter experimentado a zona de Amor e como eu expliquei não tinha condições, encontrámos uma zona na Barosa que efectivamente tinha água em condições.

Quando foi feita a prospecção há cerca de um ano, confirmou-se recentemente que a água tinha qualidade e avançou-se para o concurso para a construção de condutas, que trariam água para a cidade numa perspectiva de reforço, não numa perspectiva de substituição integral, porque como digo, não é previsível nunca uma situação destas.

Era uma extensão de sete quilómetros e meio de condutas, estavam construídos três quilómetros e meio, e quando percebemos que efectivamente o rio não respondia positivamente, que continuava a aparecer com aqueles graus significativos, entendeu-se que deveríamos acelerar a construção do resto das condutas(metade da conduta global) para encontrarmos uma solução, que não é substituta totalmente mas, é uma solução que em caso de crise, nos vai resolver o problema ou, atenuar grandemente o problema

em termos de abastecimento de água à cidade. Ou seja, esperemos que efectivamente não haja mais situações destas .

No entanto, temos de ter a certeza e isto que eu digo é verdade, o rio é sem dúvida nenhuma uma caixa de surpresas. O que está a montante da sua nascente, o que existe na zona de influência da sua bacia, é algo que não conseguimos imaginar porque mesmo que agora com esta pesquisa profunda, em termos de serra e algares, sejam encontrados algares cheios de lixo e de detritos, como é que é possível tirá-los? É efectivamente uma situação complexa e daí o facto de nós termos esta situação alternativa montada. Funcionou e portanto é uma garantia de que está efectivamente pronta para ser resolvida, qualquer contingência.

Só mais uma nota.

É evidente, que a mão de obra utilizada para a construção de parte deste adicional da conduta, é mão de obra que não é recuperada, mas o material será efectivamente recuperado. Daí ,a resposta ao que foi dito - que é para deitar ao lixo- não é para deitar ao lixo. Tanto mais que, dos três quilómetros e meio que foram feitos, há uma parte que foi enterrada e é nessas condições que irá ficar futuramente, e o resto do material naturalmente, o tubo, será aproveitado para outro tipo de obras. O que nos interessa é que ficamos ali com uma situação alternativa.

É evidente que, foi uma situação de elevada compreensão cívica por parte da população de Leiria, o que é de salientar e de realçar e efectivamente de lamentar mas, a história é esta e ié sobretudo um alerta muito significativo em termos da fiscalização e do controlo que cada cidadão por si, deve fazer às fontes poluidoras.

É de facto uma falta de civismo a toda a prova e logo que da parte do Ministério do Ambiente haja uma luz verde imediata vai-se avançar com o sistema multimunicipal, tanto mais que os fundos comunitários ao qual este projecto será candidatado, que é o Fundo de Coesão. São fundos próprios para isto e portanto não vamos baralhar, é só demagogia baralhar isto com o Euro 2004, cada um tem a sua origem do ponto de vista de financiamento, não temos que efectivamente baralhar as coisas.

Este tem fundos próprios, o Fundo de Coesão contempla verbas para este sub-sistema em termos de abastecimento de água, é fundamental que efectivamente o sistema se crie do ponto de vista empresarial e que se avance. Todas as ajudas são preciosas e eu agradeço muito.

Só duas coisas mais Sr. Presidente, para acabar.

Fizeram perguntas sobre o IC2 e IC36 eu já tinha respondido aquando da intervenção que o Deputado Luís Pinto fez há pouco.

A Leirisport e a questão das análises, o assunto foi resolvido, naturalmente com o alerta e com a colaboração da ARS , penso que tenha acabado o problema com uma conversa que eu própria tive com um médico da ARS.

Relativamente à questão do saneamento básico; com a criação, conforme eu já disse, da SIMLIS, nós demos prioridade em termos de Câmara, de cobrir com saneamento todas as populações e todas as zonas que ficam a montante da captação.

Foi esta a estratégia, precisamente para libertarmos nessa componente aquilo que diz respeito à possível poluição através do saneamento doméstico. Mas devo dizer-vos, que neste caso concreto, a água na nascente estaria muito mais poluída do que chegava à zona da captação. A poluição diluía-se no caminho com a recepção de várias linhas de água, mas o grande grau de poluição era efectivamente na nascente, depois acabava por ter alguma diluição mas não o suficiente para poder depois ser tratada.

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Obrigada Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Sr. Deputado Luís Pinto queria intervir para três pedidos de esclarecimento?

Então faça favor, não quero que saia daqui com dúvidas!

***DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)***

Luís Pinto, Partido Socialista!

Sr.<sup>a</sup> Presidente, queria que me clarificasse o seu empenhamento, quando me fala em água de qualidade.

Se quer dizer água de qualidade ou potável, porque é diferente. Quando fala em qualidade, considera que todos os níveis são de elevada qualidade ou que ela é potável e que pode ser consumida? Era o primeiro esclarecimento!

Segundo esclarecimento. Dou apenas um curto exemplo e nem sequer acuso todos os suinicultores, porque nestas coisas há prevaricadores em todos os lados, mas a pergunta que eu faço é :Por exemplo, para se regularizar uma qualquer suinicultura, naturalmente é preciso o parecer da Câmara e o projecto aprovado. Sabemos que alguns deles infelizmente, têm licenciamento para quarenta porcos, vamos imaginar, e têm cem ou

Duzentos. Depois do licenciamento, quem é que fiscaliza? É acompanhado? São este tipo de situações e estou a falar de um tipo de indústria, mas podíamos falar de outro.

Terceiro esclarecimento! A Sr.<sup>a</sup> Presidente falou em não confundir estádios com verbas porque são coisas diferentes.

Mas, julgo saber, estamos a falar de percentagens! Assim como, e há pouco falámos sobre isso, a construção do estádio para o EURO 2004 tem uma comparticipação inferior a 20% do Governo, o resto é o Município que vai ter que pagar.

Também julgo saber, que no caso da água, nomeadamente o que estava previsto em relação à captação em alta, vinda do Mondego, só haveria a comparticipação de 30% comunitário, e depois os municípios é que tinham de ser responsabilizados pela sua distribuição em baixa. Estamos a falar concerteza de muitos milhões de contos!

Será que temos assim tantos milhões de contos, para em tão pouco tempo fazermos tantos investimentos? Isto não terá a ver com critérios e com políticas que têm que ser definidas?

Obrigado.

***DR.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS (PRESIDENTE DA CÂMARA)***

Quando eu digo que a água está em condições de ser consumida, é para consumo público, consumo humano, com a absoluta garantia, potável, com os parâmetros absolutamente exigidos do ponto de vista de Saúde Pública.

Esses valores estão a ser confirmados permanentemente pela Câmara, Serviços Municipalizados, bem como, pela Delegação de Saúde complementarmente. Portanto, como é normal, não há qualquer tipo de problema de se fornecerem todos esses elementos, conforme leu aí no seu pedido, assim como as contas e os valores gastos nesta operação de emergência. Virá um relatório à Câmara, é absolutamente imprescindível que isso aconteça, que trará não só os custos da rapidez da solução, bem como dos próprios subsídios e apoios que iremos dar às corporações de bombeiros, que como é sabido, tiveram um empenho muito significativo em termos de serviço à população.

Relativamente às suiniculturas, isso que disse é verdade, são licenciadas naturalmente e depois o seu funcionamento, cabe à Direcção Regional do Ambiente fiscalizar. Só para lhe dar uma ideia, não há suiniculturas na zona da bacia do rio Lis, poderá haver outro tipo de unidades, mas suiniculturas não há.

Relativamente ao Fundo de Coesão, não está ainda assumida a percentagem global a suportar pelo Fundo de Coesão. No primeiro estudo que foi feito e que era nessa ordem de grandeza; com a hipótese eventual de Coimbra não entrar no sistema, poderá ser outra percentagem mais elevada; e com a hipótese de criação dos dois subsistemas poderá efectivamente haver ainda uma comparticipação maior. O restante, será suportado através da sociedade criada no âmbito de uma empresa multimunicipal com a participação do IPE. A ideia era que a criação deste sistema fosse da mesma maneira que é a SIMLIS, com a participação do IPE- Águas de Portugal; Entendemos que efectivamente, do ponto de vista técnico, sabem do assunto e que são uns bons parceiros para este sistema.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Obrigado Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Já excedemos em trinta e cinco minutos o período de “antes da ordem do dia” e temos ainda aqui, uma proposta do Partido Socialista para pôr à consideração da Assembleia.

Queria informar o proponente, o Sr. Deputado Luís Pinto, que há pontos nesta proposta que a Mesa não pode aceitar, porque é da competência exclusiva da Mesa alguns dos pontos constantes desta proposta. Depois de ter ouvido já o representante do Partido Social Democrata, essa proposta a ser colocada à votação na globalidade é reprovada.

Contudo, também fui informado, de que há aqui um ponto na sua proposta, que tem a unanimidade do Partido Social Democrata, dado ter a maioria nesta Assembleia, foi só eles que eu ouvi.

Queria-lhe dizer que, e segundo a informação que recebi, para que se possa aproveitar alguns pontos desta proposta, relativamente ao ponto n.º 1 “...é solicitado à Câmara que realize uma auditoria no prazo máximo de uma mês...” , o Partido Social Democrata vota contra este ponto . O importante na nossa discussão, não são as receitas que os Serviços Municipalizados deixaram de receber, para nós não é o importante. O importante foi o prejuízo que foi causado a terceiros e é mais importante do que aquilo que não foi recebido.

Em relação ao segundo ponto da proposta, o PSD concorda, se bem com algumas alterações. Quando a sua proposta diz : “Que a Câmara solicite aos SMAS a elaboração com carácter de urgência, de um relatório que permita identificar as principais debilidades da rede concelhia, contenha propostas ...”, o PSD concorda que esta proposta seja posta à votação, com a seguinte alteração : “Que a Assembleia solicite à Directora-Delegada dos SMAS, a elaboração....”.

Eu penso, porque represento a pedido o Grupo Municipal do PSD, que deve ser a Assembleia a pedir à Directora-Delegada dos SMAS, que apresente tudo aquilo que é solicitado neste ponto.

Em relação ao terceiro ponto da proposta “.. a realização de uma auditoria...”, nós não concordamos e nem é possível fazer. É um objectivo que não conseguiríamos concretizar, porque os Serviços Municipalizados estando dentro da Câmara, não nos conseguiriam dar um resultado de uma auditoria como nós desejaríamos.

Portanto, isso compete ao Ministério do Ambiente e além disso, terá que ser digamos assim, vistoriada outra área geográfica que não o concelho de Leiria.

Quanto ao ponto quatro da proposta, eu sugiro que, depois de recebermos esse relatório da Directora-Delegada, se reúnem os responsáveis de cada Grupo Municipal, para

analisarmos e vermos as vantagens ou não, da conveniência de fazermos a Assembleia Municipal Extraordinária para apreciarmos este assunto.

Portanto, se o proponente da proposta concordar com a votação isolada do ponto dois, nós iremos votá-lo. Se concordar que seja votada a proposta na globalidade, também o fazemos obviamente e o sentido de voto da maioria será o de reprovar a proposta na sua globalidade.

***DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)***

Luís Pinto, Partido Socialista!

Sr. Presidente, as nossas propostas são claras e nomeadamente em relação à proposta de os serviços de ambiente da Câmara poderem fazer um determinado levantamento, penso que mesmo incompleto era positivo que isso fosse feito.

Mas se de todo há um reconhecimento e se calhar até competiria à Sr.<sup>a</sup> Presidente, concerteza que conhecerá melhor as capacidades do departamento de ambiente da Câmara, de fazer ou não esse levantamento, penso que ficava bem à Assembleia fazer uma recomendação e nós aceitamos, como no outro ponto que sugeriu que fosse solicitado à Directora-Delegada. Não tem problema nenhum, o que interessa é o essencial, não são os pormenores de quem é que dá a informação. Nós achamos que a Assembleia Municipal perante tudo aquilo que se passou, se aquilo que nós conseguimos produzir é tão pouco, pelo menos a nós, Grupo do Partido Socialista, parece-nos muito pouco se ficarmos só pelo segundo ponto. Estamos decididos a acatar sugestões, se for o Ministério do Ambiente que seja, nós pensamos é que alguém terá de ser responsabilizado e isso tem que ser feito e não pode ser passada uma esponja sobre aqueles quatro dias, como se nada tivesse acontecido.

O que se passou é muito grave e pensamos que se devia fazer algo. Os senhores têm a maioria, tal como nós temos dito, nos SMAS e em tudo o que temos participado, este é o nosso contributo que está disponível para receber achegas ou para ser alterado.

Parece-nos pouco e que a Assembleia Municipal ficará muito aquém das suas responsabilidades naquilo que tem. Se a maioria assim o entender, a nossa posição no fundo está tomada. Decidam, é por isso que têm a maioria e é por isso que a responsabilidade do que aconteceu naqueles quatro dias e daquilo que poderá vir a acontecer no futuro, é necessariamente vossa.

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Sim senhor Sr. Deputado!

Vou pôr a proposta à votação ponto por ponto!

**Primeiro ponto da proposta:**

Quem vota a favor? Oito votos a favor.

Quem se abstém? Quatro abstenções.

**Este ponto foi rejeitado com oito votos a favor, quatro abstenções e os restantes votam contra.**

**Segundo ponto da proposta com a alteração introduzida:**

Quem vota contra ?

Quem se abstém?

**Este ponto foi aprovado por unanimidade.**

**Terceiro ponto da proposta:**

Quem vota a favor?

Quem se abstém?

**Este ponto foi rejeitado com quinze votos a favor e os restantes contra.**

**Quarto ponto da proposta.**

Eu queria dizer, que era minha intenção, depois de receber o relatório dos SMAS, reunir com os representantes de cada um dos Grupos Municipais, para analisarmos e decidirmos sobre a oportunidade e as vantagens da necessidade de se fazer uma sessão extraordinária da Assembleia. Portanto assim sendo, não se justifica a votação deste ponto , pelo que, será retirado.

Srs. Deputados chegámos ao fim do período de "antes da ordem do dia", vamos passar à Ordem do Dia.

**PONTO N.º 1 - RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO - Apreciação;**

Há um Deputado inscrito mas daria primeiro a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara.

***DR.<sup>a</sup> ISABEL DAMASCENO CAMPOS(PRESIDENTE DA CÂMARA)***

É uma correcção mínima mas é importante.

Na página três, está aqui explicado que foram assinados os protocolos de modernização administrativa e é apenas referida a Junta de Freguesia de Marrazes. Não é correcto, no concelho de Leiria houve três candidaturas que foram beneficiadas, a saber: Junta dos Marrazes, Junta de Monte Real e uma candidatura da Câmara.

***PRESIDENTE DA MESA(JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Sr. Deputado Rui Caseiro, faça favor.

**DEPUTADO RUI CASEIRO (PS)**

Obrigada Sr.<sup>a</sup> Presidente, mas não tivemos tempo de ler, pelo menos eu não tive, uma linha deste relatório de actividade e do relatório financeiro.

Como sabe, é da nossa competência apreciar à posteriori o que a Câmara faz entre as diversas Assembleias. O facto de não nos terem dado isto com o tempo que está previsto no nosso Regimento, cinco dias, fez com que eu nem tivesse tempo de olhar para ele.

Li assim a correr por cima da rama, e confesso que estou espantado pelo facto de ter verificado, que isto vem exactamente na mesma. Apesar de termos nos nossos serviços e digo nossos porque eles são municipalizados, tão bons exemplos de como se fazem relatórios e mais à frente ia falar nisso, a Câmara ainda não pôs os olhos nos relatórios anuais que os Serviços Municipalizados fazem, para tirar digamos assim, alguns conhecimentos e saber que as informações que têm de ser analisadas por nós, têm que ser concretas . O que nos deram é mais uma vez, um mapa de fluxo de caixa. Disse.

**DR.<sup>a</sup> ISABEL DAMASCENO CAMPOS(PRESIDENTE DA CÂMARA)**

Sr. Deputado eu queria só dizer-lhe, como não leu ,que o que vou dizer está escrito no próprio relatório.

O primeiro parágrafo do relatório é a pedir desculpa pelo atraso com que foi entregue precisamente por ter coincido com esta situação complicada em que andei envolvida.

**PRESIDENTE DA MESA(JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Mais inscrições para este ponto ?

**Não há mais inscrições, está apreciado este ponto.**

**PONTO N.º 2 - REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DO CONSELHO CONSULTIVO PARA A DEFESA E REABILITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE LEIRIA - Apreciação e votação.**

Na última Assembleia Municipal, nós demos conhecimento à Assembleia, da constituição deste Conselho. Ficámos incumbidos e era a nossa responsabilidade, elaborarmos portanto um regulamento que já foi apresentado e apreciado pelo elementos deste Conselho Consultivo. Contudo, surgiu-nos aqui uma dúvida, do ponto de vista legal de designação deste Conselho.

Sem alteração do conteúdo do regulamento, eu queria propor à consideração da Assembleia Municipal, a alteração da designação de "Conselho Consultivo"para Comissão de Acompanhamento para a Defesa e Reabilitação do Centro Histórico de Leiria.

Portanto, eu perguntava às pessoas que participam nas reuniões daquele órgão, que tinha este nome porque transitou do mandato anterior e aos restantes Deputados, se se opõem a esta alteração?

Faça favor Sr.<sup>a</sup> Deputada Susana Ervilha!

***DEPUTADA SUSANA ERVILHA (CIDADÃOS INDEPENDENTES)***

Susana Ervilha, Cidadãos Independentes.

É só para lembrar que, há outras entidades representadas neste Conselho e que não foi dada a conhecer esta alteração, não sei se se poderá avançar nesse sentido porque estamos a decidir por elas!

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Sr.<sup>a</sup> Deputada nós não estamos a decidir por elas. A Assembleia Municipal é soberana, aprova ou reprovaa, essas pessoas são convidadas para participar no acompanhamento da defesa e reabilitação do Centro Histórico e continuam a fazê-lo. Nós é que em termos legais não podemos ser um Conselho Consultivo de um órgão que por si só é deliberativo, temos pessoas nesse Conselho que pertencem ao órgão deliberativo.

***DEPUTADA SUSANA ERVILHA (CIDADÃOS INDEPENDENTES)***

Eu sei que o título em nada afecta o conteúdo, mas era só por dizer que há outras entidades e não foi dado conhecimento!

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Portanto este Conselho passa a denominar-se Comissão de Acompanhamento para Defesa e Reabilitação do centro Histórico de Leiria.

Eu vou colocar à votação, não só o regulamento como também a alteração à designação

Quem é que vota contra?

Quem é que se abstém? Duas abstenções.

**O regulamento é aprovado com a nova designação, com duas abstenções do Partido Socialista.**

Estão abertas as inscrições!

Inscreve-se o Deputado Rui Caseiro e o Deputado Francisco Francisco.

***DEPUTADO RUI CASEIRO (PS)***

Sr. Presidente da Assembleia, Sr.<sup>a</sup> Presidente do Conselho de Administração dos SMAS. Pela primeira vez verifico, como eu disse há pouco, que vêm à nossa presença documentos com qualidade profissional sobre o qual possamos reflectir. E da qualidade da informação que nos foi prestada pelos serviços financeiros dos SMAS, devo já dizer que estou satisfeito em relação a isso.

Contudo, a apreciação que faço dos números que nos foram apresentados tem uma opinião diferente. A qualidade é boa, no entanto as contas, quando comparando o realizado com o previsto, contêm valores cujo desvio é um bocado exorbitante na minha perspectiva.

Eu só tive oportunidade de verificar o total dos proveitos e compará-los com os lucros, e verifiquei o seguinte : em relação ao total dos proveitos, que foi um milhão setecentos e quarenta e três mil quatrocentos e dezanove previstos, contra um milhão novecentos e quarenta e seis quatrocentos e dez realizados. Há um desvio bastante razoável, mas em termos de valores, duzentos mil contos são valores que se aceitam.

Contudo quando se comparam estes valores de proveitos realizados com os lucros obtidos e com os lucros previstos, aqui há de facto algumas discrepâncias, vejamos: o lucro realizado foi oitenta e um mil trezentos e onze contos, ou seja, 4,66% dos proveitos realizados; quanto aos lucros previstos, eles ficavam em 0,9% do total dos proveitos previstos.

Houve de facto aqui, algum desvio que não foi devidamente acautelado quando se fizeram os orçamentos iniciais e que eu aproveitava para chamar a atenção dos planificadores dos anos seguintes.

Infelizmente, mantém-se as condições para que os lucros registados, mais de oitenta e um mil contos, sejam desta feita, aplicados com critérios que dado os ensinamentos que vimos há pouco tempo, se prevêem que desta vez vão ser feitos criteriosamente. Obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Francisco!

**DEPUTADO FRANCISCO FRANCISCO (PP)**

Boa noite a todos, Sr.<sup>a</sup> Presidente do Conselho de Administração dos SMAS, Dr.<sup>a</sup> Isabel Damasceno!

Eu acho que, e já foi dito, os documentos que nos entregaram tem uma boa apresentação, os meus parabéns. Apesar da Câmara Municipal de Leiria ter aumentado em 73% a sua comparticipação nos SMAS, que acho que é ótimo, é preciso também não nos esquecermos que a derrama municipal foi de setecentos e trinta e dois mil contos, que os tais 50% eram 366,597, e foram transferidos 329,597. Portanto, a Câmara não chegou a transferir 50% da derrama, pelo menos foi isso que eu apreciei, pode não ser verdade mas se não for, depois agradeço que me esclareçam.

O investimento foi em 2001 de um milhão e cinco mil contos, acaba por ser inferior ao que foi em 2000 e em 1999 e o abastecimento, todos sabemos que continua precário. As receitas só do fornecimento de água, superam os investimentos e do plano de investimentos só foram executados 42%. Se nas nossas empresas fizéssemos orçamentos com uma execução de 42%, eu pergunto para que servem os orçamentos?

De 2000 para 2001 as receitas aumentaram 11%, quando os investimentos diminuíram 5,5%. Então se é um bem básico, também não consigo perceber como é que uma empresa destas, que devia dar lucro zero, apresenta um lucro de oitenta mil contos quando o investimento é muito mais importante!

Nas despesas e receitas referidas no relatório, há uma diferença de cerca de duzentos e quarenta mil contos, que eu gostava de saber onde foram aplicadas. Porque se em 2000 as receitas são de 1,975 e as despesas 1,691, há mais de duzentos e oitenta e quatro mil de despesas; em 2001 as receitas são dois mil duzentos e treze, as despesas mil seiscentos e trinta e quatro, há mais quinhentos e setenta e nove de despesas; nas grandes despesas referidas há uma diferença de duzentos e quarenta mil contos, são despesas de consumo? Não está referido na primeira parte! Obrigado.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Não há mais ninguém inscrito, vamos pôr à votação.

Quer intervir Sr.<sup>a</sup> Presidente?

**DR.<sup>a</sup> ISABEL DAMASCENO CAMPOS (PRESIDENTE DA CÂMARA)**

Uma vez que, as questões sobretudo colocadas pelo Sr. Deputado Francisco Francisco, foram técnicas e de elevado pormenor, eu achava que se ele quisesse ficar devidamente

esclarecido, nos colocasse por escrito e naturalmente os serviços técnicos e financeiros dos SMAS responderiam.

São 50% ! A diferença é de cerca de quarenta mil contos. Já foi transferida a seguir, portanto, há uma derrapagem temporal entre o tempo em que recebemos a derrama e que depois vai para os SMAS, que se acertam contas, e normalmente, em relação ao próprio lixo, à taxa de lixo que eles cobram. Portanto quando há esse acerto de contas nós fazemos o diferencial, mandamos a derrama e eles pagam-nos o lixo .

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Vamos então votar este ponto.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Oito abstenções.

**Está aprovado por maioria com oito abstenções.**

<p><b>PONTO N.º 4 - FIXAÇÃO DA TAXA DA DERRAMA PARA O ANO DE 2003 – Apreciação discussão e votação;</b></p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Quem é que se inscreve?

O Deputado Luís Pinto, faça favor.

***DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)***

Luís Pinto, Partido Socialista.

A exemplo da posição que o Partido Socialista tomou, em sede de executivo da Câmara Municipal de Leiria, nós vimos aqui reiterar a posição. No sentido de e depois de tudo aquilo que foi dito nesta sessão, do problema que afectou toda a cidade durante aqueles quatro dias em que não tivemos água e porque como pudemos perceber pelas explicações que a Sr.<sup>a</sup> Presidente deu à pouco, depois de alguns pedidos de esclarecimento que efectuei, o concelho de Leiria vai precisar de facto de muitos milhões de contos para resolver este problema. E, estando nós a pedir um esforço suplementar e um aumento desse esforço aos empresários do nosso concelho numa altura em que as dificuldades são por demais evidentes, parece-nos que seria sensato e será o factor que condicionará aqui o voto da bancada do Partido Socialista, o seguinte: ou a derrama é dedicada exclusivamente aos SMAS, no sentido do abastecimento de água e do saneamento, para termos a certeza que neste mandato o saneamento fica de facto

coberto nas vinte e nove freguesias deste concelho, ou então, o PS não votará favoravelmente a derrama.

Nós concordamos com a derrama, já aqui o temos dito, para situações excepcionais.

O concelho tem dificuldades evidentes e nós não queremos mais ouvir falar em convências de qualquer espécie. O Partido Socialista, assume aqui as responsabilidades dizendo : ou aumenta significativamente e quando estivermos aqui a apreciar o Plano e o Orçamento para o próximo ano 2003 isto ficará bem claro, ou Partido Socialista não pactuará com este tipo de situações.

Pelo que, propõe um esforço acrescido nas contas da autarquia, para que o saneamento e o problema da água sejam atacados; Cada bancada que assuma as responsabilidades, o executivo que assuma as responsabilidades, da nossa parte estamos a assumi-las criando aqui um "task-force" no sentido de, garantirmos que vamos ter, à medida que forem chegando as várias soluções, temos a certeza que há dinheiro capaz de ir cobrindo, e eu tenho muitas dúvidas da capacidade para aquilo que vai ser necessário, não havendo nesta fase (com muitas dúvidas do que vai acontecer a seguir a 2006 em termos de verbas comunitárias) dinheiro para com a celeridade que o assunto merece, possamos atacar.

Pelo que, temos de começar a construir aqui como a formiga, um bom mealheiro que será sempre pequeno para resolvermos o problema. Daí que, a nossa posição é clara e só votaremos favoravelmente esta derrama, se ela for na totalidade para o problema do saneamento e do abastecimento de água.

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Sr. Deputado Diamantino Caçador.

***DEPUTADO DIAMANTINO CAÇADOR (CIDADÃOS INDEPENDENTES)***

Diamantino Caçador, Grupo de Cidadãos Independentes

Boa noite a todos!

Qualquer gestor de qualquer empresa ou organização, gostaria de poder incrementar os preços das suas tabelas para fazer face aos altos e baixos da sua actividade, ou para tentar esconder más medidas de gestão. Só que na realidade, isso não é possível sem trazer consequências do tipo: perda de competitividade e a consequente perda de mercado.

Há necessidade imediata da obtenção de receitas por parte do Município e o executivo camarário responde com as medidas mais fáceis e mais imediatas, sem olhar às suas consequências.

Após uma campanha eleitoral em que o actual Governo prometeu uma redução da carga tributária, como será que os empresários do concelho vão encarar não uma redução, mas sim o aumento da taxa de imposto. Terá Leiria alcançado o estado de desenvolvimento pretendido, ao ponto de retirar uma das vantagens competitivas que oferecia ao seu pólo empresarial e a potenciais investidores?

Imaginem uma empresa que se quer instalar no nosso concelho! Que temos para lhe oferecer ? Parques industriais? Onde ? O pouco que existe é com preços que determinam a inviabilidade de qualquer projecto e uma taxa de derrama igual às mais altas do País. Pois é! Nos concelhos limítrofes, temos as seguintes taxas: Pombal zero, Marinha Grande oito, Ansião zero, Batalha cinco, Porto Mós cinco e Alcobaça zero. Pombal é um exemplo de referência, consegue manter uma taxa de derrama zero, com parques industriais que como todos sabemos são dos melhores do País.

A taxa de derrama não é um factor por si só decisivo, mas é tido em linha de conta pelas empresas, quando estas fazem conta de pagar impostos.

Pois é! Acabando a minha intervenção como comecei, se o aumento dos preços fosse um ovo de Colombo, não haveria empresas, nem gestores, nem dificuldades. Obrigado

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Sr. Presidente de Junta, Luís Carvalho.

***DEPUTADO LUÍS CARVALHO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE REGUEIRA DE PONTES)***

Luís Carvalho, Presidente da Junta de Regueira de Pontes.

Foi apresentada à Mesa uma proposta, penso que não foi colocada à votação e referia-se a este ponto.

Em relação ao assunto, a opinião do CDS/PP e minha pessoalmente, é que o aumento sirva para compensar as freguesias, pela falta de investimento que se tem sentido e que se adivinha num futuro próximo. Com a falta de verbas com que a Câmara se debate, pelo menos a avaliar pelos tardios pagamentos que se têm sentido nas transferências para as freguesias, é notório que temos todos que fazer um esforço, para conseguir nos próximos anos levar a água ao moinho.

Se as empresas contribuírem para esse esforço, diminui o esforço de todos e penso que não será nada mau para o assunto.

Portanto, só nos resta a nós, Presidentes de Junta, lutar para que este dinheiro não vá servir para construção de mais umas rotundazitas, mas sim para resolver os problemas reais das freguesias. Bem pode a Câmara argumentar que este dinheiro vai servir para saneamento e obras sociais, mas a realidade é que elas já se faziam antes da taxa de derrama ser aplicada. No meu caso até dizia mais, espero que este dinheiro não vá por água abaixo, como têm ido os carros que passam nos meus dois pontões, que esperam por obras há já alguns anos.

Nunca é demais lembrar ao executivo, o forte contributo da minha freguesia para a derrama e outras receitas e que nunca foi acompanhado da devida contrapartida. Obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Não havendo mais Deputados inscritos, eu daria a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente!

***DR.<sup>a</sup> ISABEL DAMASCENO CAMPOS (PRESIDENTE DA CÂMARA)***

Eu sobre esta questão da derrama, acho que há aqui um esclarecimento a fazer importante, para se situarem do ponto de vista da colecta da derrama, nos respectivos concelhos.

Da derrama que é apurada e que é enviada para cada um dos concelhos (representa o que diz respeito a empresas que são externas ao próprio concelho) corresponde uma média entre 40 a 50% da receita da derrama. Isto é para esclarecer quando estão com a conversa coitadinhos dos empresários (desculpem o termo) do concelho.

Evidentemente que é um esforço acrescido para os empresários mas, da colecta feita, entre 40 a 50% corresponde a empresas sediadas fora do concelho, que pagam derrama nos concelhos onde estão, onde têm sedes e que aqui seriam libertos. Esta informação é muito importante para terem a noção de que tem a ver com bancos, com grandes superfícies, com seguradoras, com cimenteiras, etc.; têm as sedes fora do concelho e a derrama que eles pagam, é distribuída pelos concelhos onde eles têm representações, sendo proporcional ao número de trabalhadores. E essa receita que vem para o concelho de Leiria em termos da derrama, corresponde a cerca de 40 a 50% do total arrecadado.

Outro esclarecimento, que é apenas repor a história: a Marinha Grande se não tem, irá fixar para o ano, nesta fase do ano, também em 10%. Era só!

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Sr.<sup>a</sup> Presidente! Antes de pôr este ponto à votação, quero-lhe dizer que há duas propostas aqui na Mesa: Uma verbal do Partido Socialista, em que irá votar favoravelmente este ponto, se o valor da derrama for dirigido na totalidade para os SMAS; A outra proposta é do CDS/PP e votará favoravelmente se, o aumento de 3% na taxa da derrama for inteiramente destinado às freguesias, distribuído equitativamente entre todas as freguesias.

Na minha perspectiva, ele é sempre distribuído pelas freguesias, de uma maneira ou de outra vai lá ter!

Eu perguntava à Sr.<sup>a</sup> Presidente o que é que tem a dizer sobre cada uma das propostas e depois iríamos pôr este ponto à votação.

**DR.<sup>a</sup> ISABEL DAMASCENO CAMPOS (PRESIDENTE DA CÂMARA)**

Sr. Presidente! Em primeiro lugar, em relação à distribuição pelas freguesias, pois é evidente que é gasto nas freguesias. Por outro lado, a Lei das Finanças Locais, veio alterar o destino obrigatório da derrama. E eu acho que, se temos uma lei que alterou isso, não é correcto que haja uma interferência directa de uma obrigatoriedade em termos de aplicação da derrama. Uma coisa é certa, 50% é garantido, foi assim que foi assumido desde que a derrama foi criada. O resto dos 50%, naturalmente que se os SMAS precisarem, face às receitas próprias, aos projectos que têm delineados e aos fundos comunitários que são muito significativos, de uma ajuda redobrada, nós já demos provas que fazemos essa ajuda. Entre 97 e 2001, eu volto a dizer, os SMAS aumentaram, com as receitas vindas da Câmara em termos de transferências, em quatrocentos e tal por cento.

Naturalmente que estamos receptivos, no âmbito da programação de projectos que os SMAS planearam, daremos ajuda se for preciso. Se for mais 50% daremos mais 50%.

Para terminar, na minha opinião, não é correcto ficarmos obrigados e vinculados a 100%, será distribuído à medida das necessidades dos SMAS.

**PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)**

Liberdade de voto para todos os Grupos Municipais.

Vamos votar este ponto!

Quem vota contra? Dez votos contra.

Quem se abstém? Onze abstenções.

**Está aprovado por maioria.**

<b>PONTO N.º 5 - FIXAÇÃO DA TAXA DA CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA PARA O ANO DE 2003 – Apreciação, discussão e votação;</b>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Há inscrições?

Sr.<sup>a</sup> Deputada Susana Silva!

**DEPUTADA SUSANA SILVA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO DA CARPALHOSA)**

A contribuição, só veio prejudicar as pessoas que neste momento efectivamente estão a pagar a contribuição autárquica, baseada na avaliação das suas propriedades feitas há vinte anos a esta parte. Estamos a falar de pessoas que são casais jovens, que têm agregados familiares pequenos e cuja idade ronda os trinta e poucos anos. Que têm miúdos na escola e que de facto terão maior dificuldade e que sofrerão mais com esta contribuição autárquica, porque a valorização das propriedades, está baseada nas propriedades rurais, numa matriz( eu sei que não é da competência da Câmara) de

1958, e nas propriedades urbanas é bem anterior a isso, só as propriedades mais recentes é que foram efectivamente avaliadas pelo valor actual. Então, esses familiares novos que estiveram dez anos isentos do pagamento da contribuição autárquica, chegam-se a esta parte e vêem-se confrontados com um imposto de cinquenta, sessenta, setenta contos anuais, enquanto que a grande maioria dos habitantes do concelho de Leiria, paga valores irrisórios de contribuição autárquica.

Julgo que, e foram palavras da Sr.<sup>a</sup> Presidente, neste caso as leis só beneficiam os prevaricadores. Neste caso as leis, vêm prejudicar não os prevaricadores mas aqueles que não conseguem fugir, visto o sistema fiscal estar injusto.

Um aumento de 10% vem tornar 10% mais injusta a contribuição autárquica.

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Obrigado Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Vamos colocar à votação este ponto.

Quem vota contra? Cinco votos contra.

Quem se abstém? Dezassete abstenções.

**Está aprovado por maioria.**

**PONTO N.º 6 - ACORDO PARASSOCIAL E CONTRATO SOCIAL DA GESTINLEIRIA – Apreciação, discussão e votação;**

Sr.<sup>a</sup> Presidente deseja intervir? Não!

Inscrevem-se os Srs. Deputados: Francisco Francisco, Susana Ervilha e Luís Pinto!

***DEPUTADO FRANCISCO FRANCISCO (CDS/PP)***

Mais uma empresa em que, eu não reconheço benefício nenhum, infelizmente pelos estatutos que li.

Eu pergunto:

Há algum interesse público? Que vantagens há para quem nada pode decidir? A Câmara mais a NERLEI só têm 40%!

O artigo 17º,n.º2, diz que a Assembleia Geral decide pela maioria de votos dos accionistas. O acordo parassocial não infringe a lei das sociedades em si? Será que eu possa fazer um acordo depois de uma escritura pública e vá contradizer o próprio Código das Sociedades Comerciais?

No n.º 3, da segunda cláusula do Acordo, a Câmara Municipal de Leiria só vai estar representada de três em três anos, porque faz rotatividade com a NERLEI.

No parágrafo 5, da segunda cláusula do acordo, o que é o gestor operacional? Que funções tem? O que é que decide? Não está escrito (que eu tenha reparado)!

Na cláusula 4, alínea a, contrariamente ao que (em meu entender) disse a Vereadora Neusa Magalhães, a responsabilidade não está só na sua entrada em capital social, a administração pode decidir empréstimos que a Câmara terá que aceitar, a Câmara é minoritária! Se forem pedidos avales, a Câmara vai avalizar? Aqui os avales não têm nada a ver com o número de acções, não se estarão a transferir mais competências da Câmara para empresas particulares?

Na cláusula 5, nada obriga ao acordo. Parece mais um acordo de cavalheiros!!!

Se a administração decidir aumentar o capital, será que o acordo prevalece à própria escritura pública? Isto são perguntas jurídicas às quais eu não sei responder e também não está presente o estudo de viabilidade económica de uma empresa onde uma Câmara que é pública, vai intervir como accionista minoritário. Obrigado

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Obrigado Sr. Deputado.

Deputada Susana Ervilha, faça favor!

***DEPUTADA SUSANA ERVILHA (CIDADÃOS INDEPENDENTES)***

Susana Ervilha, Grupo de Cidadãos Independentes.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr.<sup>a</sup> Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados!

O grupo municipal dos Cidadãos Independentes, ao analisar a criação desta nova empresa, deparou com algumas dúvidas. As mais gritantes são aquelas que eu vou interpor agora:

Qual a necessidade e vantagens, da criação desta empresa? Até hoje, não entendemos o porquê desta criação. As motivações que estiveram na base, até hoje não foram tornadas públicas. Não foi efectuado, ou pelo menos não nos foi dado a conhecer qualquer estudo, parecer ou informação, que demonstre e fundamente a necessidade e vantagens para a Câmara, com a sua criação.

É necessário demonstrar claramente, quais os fins públicos que com esta empresa se pretendem calcular e como, e as vantagens de serem realizados por interposta pessoa e não pela Câmara.

Entendemos que, a Câmara, tem meios humanos e técnicos e se não os tem com toda a certeza consegue obtê-los a um custo certo, bem inferior ao custo do investimento previsto para esta constituição, e para prosseguir os mesmos fins.

Também desconhecemos os critérios, se é que existiram, que estiveram na base da escolha dos parceiros apresentados. Será que foram auscultados outros parceiros? Existiram outros parceiros interessados? Não sabemos!

Quanto ao projecto, ao pacto social e acordo parassocial apresentados, entendemos que o projecto da sociedade não é suficientemente claro. A fórmula apresentada para o seu objecto, construção/promoção, comercialização e gestão de parques empresariais no concelho de Leiria, e a possibilidade desta empresa exercer qualquer outra actividade, desde que considerada acessória, é visivelmente muito abrangente e vaga.

Este objecto assim definido, não permite avaliar a natureza e fins dos empreendimentos a desenvolver. É esta a luz a uma série de actividades que poderão estar compreendidas no objecto proposto como seja: definir a política de implementação de zonas industriais, de comércio e de serviços no concelho. Esta empresa também se poderá dedicar à luz deste objecto tão abrangente, à compra e venda de terrenos, à promoção de operações urbanísticas para esses fins, entre outras actividades ditas e consideradas acessórias.

Fica assim difícil distinguir a prossecução do interesse público da prossecução de meras operações imobiliárias.

Também desconhecemos qual foi o critério que determinou a percentagem de participação da Câmara no capital desta empresa. Porquê 30% e não qualquer outra?

Muitas dúvidas nos levantam também, a cláusula quarta do acordo parassocial, já que compromete e de que maneira, os compromissos a assumir pela Câmara.

É quase um cheque em branco, pois a Câmara obriga-se a avalizar empréstimos que a GESTINLIS decida contrariar para adquirir terrenos.

Consideramos assim, que a constituição desta sociedade, não foi um projecto transparente e participado, quer por outros possíveis interessados quer pelos próprios munícipes. Estão assim por esclarecer muitas dúvidas. Obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Obrigado Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Deputado Luís Pinto!

***DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)***

Luís Pinto, Partido Socialista.

O objectivo de serem criados parques um pouco disseminados pelo concelho, parece-nos uma medida acertada e uma medida a prosseguir, aliás, o Partido Socialista defendeu-o em campanha eleitoral.

Pensamos nós no entanto, que a Câmara tem outros instrumentos e até com maior validade para poder fazer essa intervenção. Nomeadamente, criando bolsas de terrenos a custos perfeitamente controlados, criando alguns incentivos a nível também de impostos, enfim, há todo um conjunto de medidas que a autarquia podia tomar. Foram nas intervenções anteriores realçados aqui sobretudo, aspectos técnicos que de facto nos

preocupam, que nos levantam reservas acrescidas em relação a esta matéria. Logo, na primeira leitura, o porquê uma das associações e não as duas ou as três? Foi contactada a ANGE, foi contactada a ACILIS, porquê uns e não outros?

E, por outro lado também, haverá necessidade da própria empresa ter a Câmara na sua estrutura? Isso depois, mesmo em matéria de legalizações, não vai criar conflitos de interesses entre o interesse público e o interesse da própria empresa?

Vamos assistir mais uma vez à especulação imobiliária como aconteceu em relação à Cova das Faias? Como aconteceu em relação ao próprio Mercado de Santana? Vamos sujeitar a autarquia a plena regra de mercado? Há de facto, muitas dúvidas por esclarecer.

Nós pensamos que seria sensato, que a Câmara pudesse retirar este ponto para uma análise melhor, um estudo melhor. Há aqui respostas, nomeadamente esta questão de se a empresa decide aumentar capital, a Câmara continua a colocar ali dinheiro até onde? Porque no fundo, não tem capacidade de decisão segundo o acordo parassocial, quer dizer, há aqui tantas dúvidas que ( não perdendo o primeiro ponto de vista que é a criação que nos parece importante, dos tais terrenos e dos pequenos parques industriais) era importante estarmos todos unidos e não darmos o passo adequado sem ser devidamente repensado .

Penso que também não é uma situação que não possa esperar mais trinta ou sessenta dias por uma próxima Assembleia e recomendava seriamente à Câmara que, retirasse o ponto para ele poder ser mais bem documentado, analisado e mais consensualizado, e porventura, tendo outras participações, regras muito mais bem definidas como aqui foram levantados inúmeros aspectos. Obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Obrigado Sr. Deputado.

Não há mais inscrições, e eu dava a palavra à Sr.<sup>a</sup> Vereadora Neusa Magalhães.

***DR.<sup>a</sup> NEUSA MAGALHÃES (VEREADORA)***

Muito obrigada, boa noite a todos.

Importa aqui fazer uma nota prévia: Foi assinado um protocolo, ainda no executivo anterior, que estabelecia os termos em que ia ser feita a implantação dos parques industriais. Este protocolo, importa também dizer, foi aprovado por unanimidade.

Relativamente às vantagens da Câmara integrar uma empresa destas, eu penso que serão todas. Ninguém duvida, nem ninguém põe em causa, a necessidade evidente na criação de parques empresariais, é uma necessidade notória e os empresários que o digam. Portanto, quanto a mim, está reconhecido o valor e a importância que tem a Câmara, entrar numa empresa destas. Tanto mais que, terá um papel regulador e este

papel regulador passará também e relativamente a algumas dúvidas que foram aqui colocadas, pela regulação dos próprios preços nas vendas dos lotes.

Como aqui foi dito e bem, o objecto desta sociedade, que é uma sociedade anónima, vai desde o levantamento cadastral, e é preciso não esquecer, que estamos a falar em propriedades e em terrenos de privados, não estamos a falar de um parque do género da Cova das Faias, que são terrenos da Junta de Freguesia.

Há todo um trabalho que é necessário fazer e é necessário ter alguma capacidade negocial, para se poder avançar com parques empresariais. Portanto, a empresa intervirá desde o levantamento cadastral à infra-estruturação, à venda de lotes e à gestão das próprias áreas comuns que irão servir todas as empresas que se queiram aí instalar.

Penso que, com esta explicação ficou clara a vantagem da criação desta empresa.

Foi também aqui referido que, há aqui um ponto dois no artigo 3º *"... a sociedade poderá exercer outras actividades desde que consideradas acessórias ou complementares do seu objecto principal..."*; Ora bem, quem é jurista, há-de perceber e percebe concerteza, que estas actividades acessórias não são assim tão abrangentes. As acessórias, são de facto as actividades que sejam necessárias ao cumprimento do seu objecto principal, portanto, penso que também fica esclarecida essa situação.

Relativamente aos parceiros, porquê estes e não outros. Eu ainda estava na Associação, no NERLEI, quando esta proposta foi feita à Câmara Municipal de Leiria e foi feita por iniciativa do NERLEI. E depois devo dizer também, que nem todos os parceiros podem ser convidados para todos os projectos. Portanto, a iniciativa partiu do NERLEI, é normal que seja o NERLEI que esteja aqui em representação dos empresários e é normal que a Câmara esteja a constituir esta empresa com este parceiro.

A Parque-Invest aparece aqui porque é uma empresa com "know-how"! Nós sabemos também, que a burocracia que existe no serviço público é enorme, e que não se compadece com as exigências e com as necessidades da actividade empresarial. Mais uma vantagem para a constituição desta empresa.

Relativamente ao gestor operacional, evidentemente quando se fala num gestor operacional, é para exercer funções de gestão e essas funções ser-lhe-ão atribuídas e clarificadas na Assembleia Geral da empresa.

Quanto à questão do acordo vir depois ou não da constituição da empresa, é bom que se perceba que o que está aqui a ser proposto, é um pacto social e um acordo parassocial, que vem sobretudo regular as relações entre os sócios, ou seja, clarificar um pouco mais as relações entre os sócios.

Quanto aos avales. É bom que fique claro, que a Câmara não pode dar aval, portanto, essa questão está ultrapassada.

E quanto à questão da percentagem e penso que é a última questão que foi colocada, como disse, a Câmara tem nas suas incumbências, a promoção do desenvolvimento económico e não pode ficar de fora deste tipo de projectos. Esta percentagem foi entendida pela Câmara como razoável, não interessa à Câmara ter uma percentagem maior, interessa-lhe sim estar a participar neste projecto, estar por dentro deste projecto porque é no seu concelho. E importa também dizer que, não fica limitada à parceria para a implantação deste tipo de parques empresariais, não fica vinculada exclusivamente a esta empresa. Os senhores se lerem, fica aberta a possibilidade da Câmara participar com outros privados, na constituição e na criação de outras parcerias e de outros parques empresariais. Penso que esclareci!

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Obrigado Sr.<sup>a</sup> Vereadora.

Vamos passar à votação, uma vez que foram das as explicações sobre este ponto, julgo que não é intenção da Câmara retirá-lo, conforme tinha proposto o Grupo Municipal do PS.

Quem vota contra? Doze votos contra.

Quem se abstém? Oito abstenções.

**Este ponto foi aprovado por maioria com doze votos contra e oito abstenções.**

O ponto n.º 7 foi retirado pela Câmara, vamos passar ao ponto n.º 8!

**PONTO N.º 8 - ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA PRAIA DO PEDROGÃO – Apreciação, discussão e votação:**

Quem é que se inscreve?

Não há inscrições vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**Foi aprovado por unanimidade.**

**PONTO N.º 9 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA –Apreciação, discussão e votação;**

Aceitam-se inscrições!

Deputado Luís Pinto. Faça favor.

***DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)***

Luís Pinto, Partido Socialista.

Em primeiro lugar para me congratular. As coisas agora vieram um bocadinho mais organizadas e com um pouco mais de esclarecimento, mas gostaria de deixar uma nota para as próximas.

É que cada vez que aqui vierem estas delegações de competências, passar a vir sempre o histórico para trás, para nós podermos ver se há ou não equilíbrio e justiça nestas delegações de competências, que nos parecem sempre poucas e muito restritas em relação às necessidades que as Juntas naturalmente têm. Obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Não havendo mais inscrições...

A Sr.<sup>a</sup> Presidente deseja usar da palavra?

Faça favor.

***DR.<sup>a</sup> ISABEL DAMASCENO CAMPOS (PRESIDENTE DA CÂMARA)***

Eu queria só aproveitar esta oportunidade para dizer primeiramente ao Deputado Luís Pinto que tem razão. Ele fez aqui esse pedido e existe esse histórico, ou até se o Sr. Presidente estiver de acordo distribuía-se esse levantamento, sem termos de esperar pela próxima Assembleia e fazia-se chegar a todos os membros da Assembleia.

Queria aproveitar também para esclarecer uma outra questão: Quando fui lá fora, encontrei o Sr. Presidente da Junta de Amor, que me colocou a questão e com alguma pertinência, relativamente à minha exposição sobre a água. Eventualmente teria criado algumas dúvidas em relação ao problema da água de Amor queria esclarecer, para que fique perfeitamente entendido, que a água que está em consumo público em Amor, é água de qualidade, testada e sem qualquer tipo de problema. Quando eu referi que tinham sido feitas prospecções em Amor, foram feitas outras tentativas para encontrar alternativas e as alternativas encontradas não tinham água de qualidade. Isso não significa que a água que está em consumo público e na rede não tenha qualidade. Fica aqui a rectificação.

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Vamos passar á votação.

Quem vota contra? Um voto contra.

Quem se abstém?

**Este ponto foi aprovado com um voto contra do Partido Socialista.**

<p><b>PONTO N.º 10 - REMODELAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE LEIRIA DR. MAGALHÃES PESSOA –AQUISIÇÃO DE TERRENOS; Apreciação, discussão e votação;</b></p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Estão abertas as inscrições!

Deputado Manuel José Carvalho faça favor de tomar a palavra.

***DEPUTADO MANUEL JOSÉ CARVALHO (CIDADÃOS INDEPENDENTES)***

Manuel José Carvalho, Grupo de Cidadãos Independentes.

Sr. Presidente da Mesa, Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, restantes elementos presentes.

Em relação a este ponto, o nosso grupo em sede de campanha e como todos sabem desde a primeira hora, o primeiro subscritor do nosso grupo, Dr. Hélder Roque, foi um dos impulsionadores do EURO 2004 para Leiria.

As pessoas que estão ligadas ao processo sabem bem disso, mas isso não quer dizer que seja e também foi dito durante a nossa campanha, a todo o custo.

A minha vinda aqui vem realmente para reafirmar essa posição, que embora em princípio continuamos a defender o EURO 2004 mas não a todo o custo. E, este ponto vem nos dar razão de certa maneira visto que, são os tais custos acrescidos que o EURO 2004, pela decisão do local onde vai ser construído e onde está a ser construído o novo estádio, seriam necessariamente obviados, se a escolha do local tivesse sido outra. Numa zona fora da região urbana, que fosse como nós dizíamos na altura um pólo aglutinador de crescimento da nossa cidade e pensamos já na futura metrópole que hoje está tanto na moda.

Isto para dizer que, realmente o nosso sentido de voto vai ser uma abstenção. Porque apesar de tudo, temos que reconhecer que as pessoas que estão naqueles terrenos e que vão ser agora expropriados, necessariamente têm de ser ressarcidas dos seus danos, pessoas que como nós que somos leirienses, vivem ali desde sempre naquela zona.

Eles não têm culpa nenhuma da escolha do local e como tal, têm que ser ressarcidos Mas também convém dizer, que pelas nossas contas, esta ponte custará cerca de cento e cinquenta mil contos, a juntar aos tais milhões que nós sabemos que vai custar aquela obra. Era este ponto que eu queria referir.

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Não há mais inscrições, vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Vinte e uma abstenções.

**Este ponto foi aprovado por maioria com vinte e uma abstenções.**

Sr. Deputado Luís Pinto quer intervir?

Faça favor!

***DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)***

Fiquei agora com uma dúvida!

Um membro da Mesa da Assembleia fez uma proposta. Eu fiquei sem saber, em relação ao dia da cidade, o que é que pensam a Sr.<sup>a</sup> Presidente de Câmara, o Sr. Presidente da

Assembleia Municipal e Presidente da Comissão Política do PSD, sobre esta matéria. Não houve nem discussão, nem votação, ao menos diga alguma coisa!!

***PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)***

Tem razão Sr. Deputado!

A Mesa vai enviar à Câmara para se pronunciar, o documento que recebeu do Sr. Deputado Adélio e conforme disse, numa outra Assembleia, será submetido à apreciação e discussão dos Srs. Deputados.

Srs. Deputados, chegámos ao fim desta nossa sessão da Assembleia Municipal, obrigado a todos e boa noite.



**ENCERRAMENTO**

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 23.45 horas, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, lavrei e subscrevo.-----

**APROVAÇÃO DA ACTA**

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de

,deliberou por , aprovar a acta .

Leiria, aos dias do mês de do ano de dois mil e dois.---

***O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,***

***(José António Sousa e Silva)***

***A Escrivã***

***(Teresa Paula Pinto)***